



INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

CERIMÔNIA DE OUTORGA DO NOME DE FLORESTAN FERNANDES À BIBLIOTECA DA FFLCH

No dia 10 de agosto de 2005, com a presença do Reitor da Universidade de São Paulo, Adolpho José Melfi, do Diretor da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Sedi Hirano, do professor Antonio Candido, Professor Emérito da FFLCH, e da filha do professor Florestan Fernandes, Heloisa Fernandes, entre outros, foi outorgado à Biblioteca da FFLCH o nome do professor Florestan Fernandes, Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, cassado pelo AI-5 durante o regime militar.

Na ocasião, cada um dos citados proferiu um discurso em homenagem ao professor Florestan. Esses discursos são publicados a seguir:

MÁRCIA ELISA GARCIA DE GRANDI
DIRETORA DO SERVIÇO DE
BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO



É com muito prazer que recebemos e saudamos a todos neste momento muito significativo para a nossa biblioteca e para a Faculdade. Este ato marca uma nova etapa da Biblioteca, com a integração final de todo acervo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Gostaríamos de mencionar que temos hoje a celebração dos resultados de um trabalho de construção de muitos anos, envolvendo várias equipes: os funcionários da Biblioteca, equipes das diferentes áreas da Faculdade, a Diretoria, assim como todos os órgãos da USP que contribuíram para que este momento fosse possível. Quero agradecer mais uma vez a presença de todos e mencionar a programação prevista: exposição de pôsteres sobre a vida e obra de Florestan Fernandes, exposição do acer-

Sumário

<i>CERIMÔNIA DE OUTORGA DO NOME DE FLORESTAN FERNANDES À BIBLIOTECA DA FFLCH</i>	1
MÁRCIA ELISA GARCIA DE GRANDI	1
HOMENAGEM DOS ESTUDANTES	2
PROF. DR. SEDI HIRANO	3
PROF. DR. ANTONIO CANDIDO DE MELLO E SOUSA	6
PROFA. DRA. HELOISA FERNANDES	7
MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	9
<i>X CONGRESSO KANT INTERNACIONAL</i>	10
<i>XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA</i>	11
<i>SIMPÓSIO INTERNACIONAL: DoM QUIXOTE 400 ANOS</i>	12
<i>ESCREVER A VIDA</i> <i>NOVAS ABORDAGENS DE UMA TEORIA AUTOBIOGRÁFICA</i>	12
<i>20 ANOS DO NEMGE-1985/2005</i>	12
<i>MULHERES E HOMENS NA POLÍTICA: VELHOS E NOVOS DESAFIOS</i>	12
HOMENAGEM	13
TÍTULO DE HONORIS CAUSA A ANTONIO CANDIDO	13
PROF. DR. ELIAS JOSÉ SIMON	14
PROF. DR. ANTONIO CANDIDO DE MELLO E SOUSA	16
CONGREGAÇÃO	16
COMUNICADO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS	16
ENTREVISTA	19
PROFESSOR DAVI ARRIGUCCI JR.	19
ESPAÇO MEMÓRIA	27
ENTREVISTA COM ÁLVARO COMIN	27
ENTREVISTA COM ANA PAULA TORRES MEGIANI	28
ENTREVISTA COM JOÃO ADOLFO HANSEN	29
ENTREVISTA COM RUTH CARDOSO	34
MESTRADOS	37
AÇUCENA ORTEGA RABADAN	37
ANDRÉ LUIS YAMAGUTI	38
ELIANA RIBAS PANTOJA	38
MAURÍCIO HERMINI DE CARMAGO	39
ZAQUEU MACHADO BORGES JÚNIOR	39
DOCTORADO	40
ROSELI BARROS CUNHA	40
PRODUÇÃO DA FACULDADE	41

vo sobre o autor, inauguração do site em homenagem ao Patrono da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Temos, também, o prazer de anunciar o lançamento da publicação “Índice Bibliográfico do Boletim da FFCL – FFLCH / USP: 1937-1988”, que resgata o conteúdo de um importante veículo de divulgação da produção intelectual da Faculdade de Filo-

sofia. A publicação é o resultado do esforço concentrado da equipe da Biblioteca, dentro da programação dos eventos em homenagem aos 70 Anos da FFLCH. Espero que todos desfrutem de momentos agradáveis, comemorando esta data histórica na nossa trajetória: a centralização do acervo e a outorga do nome de Florestan Fernandes à Biblioteca. Muito Obrigada

CEUPES – GESTÃO MÁ EDUCAÇÃO DCE-LIVRE – GESTÃO INSTINTO COLETIVO

HOMENAGEM DOS ESTUDANTES A FLORESTAN FERNANDES



Há duas formas de lidar com o passado e as tradições: Uma é colocá-las em uma redoma, idealizando o passado e isolando-o do presente. Uma outra é apropriar-se do passado para dar sentido ao presente.

A atitude do CEUPES para com o legado de Florestan Fernandes pretende inserir-se na segunda vertente. Florestan é geralmente lembrado como o cientista rigoroso e inovador, que contribuiu de forma fundamental para a consolidação e a excelência da sociologia brasileira. Certamente esse é um legado duradouro. Contudo, é necessário resgatar o incansável defensor da educação pública, das causas democráticas, enfim, o militante socialista. Acreditamos que essas duas dimensões não são segregáveis e muito menos que se possa desprezar a segunda em detrimento da primeira. Afinal, não escreveu o próprio mestre que a universidade só poderia reformar-se autenticamente se os reformadores se inserissem ao lado dos trabalhadores e do povo na luta de classes e num projeto socialista?

Durante sua trajetória de intelectual engajado, é notável esse compromisso com os trabalhadores e o povo brasileiro, do qual proveio, e com uma universidade intelectualmente criativa e democrática. Nunca é demais lem-

brar a Campanha em Defesa da Escola Pública no início da década de 60, a atuação em prol da reforma universitária em 68, seguida da cassação pelo AI-5, e, evidentemente, sua luta intransigente contra o regime militar e a atuação como deputado constituinte, sempre colocando-se na perspectiva das classes exploradas. Em defesa do serviço público, morreu na fila do SUS, se negando a privilégios que o povo não pode desfrutar.

Essa herança intelectual, política, e mesmo de postura moral, nos serve para pensar e agir em relação à atualidade. Em relação à realidade de uma Universidade deteriorada e negligenciada pelas autoridades, que acaba de sofrer mais um gesto de agressão do governador Geraldo Alckmin, o veto ao aumento da dotação orçamentária. Instituição que tem sido reduzida a condição de prestadora de serviços ao capital, a anti-universidade, como escreveu o próprio Florestan, e cujos dirigentes são cada vez menos permeáveis à crítica e ao descontentamento diante das condições de trabalho e estudo. Pensemos, por fim, no papel que desempenham nesse quadro as políticas tanto de FHC e de Lula. Como se portaria o docente que tanto se empenhou por uma reforma que garantisse uma educação pública e democrática diante do atual quadro de apatia, resignação e

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

REITOR:

Prof. Dr. Adolpho José Melfi

VICE-REITOR:

Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

DIRETOR:

Prof. Dr. Sedi Hirano

Vice-Diretora

Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini

COMITÊ EDITORIAL DO INFORME: Profa. Dra. Sandra Margarida Nitrini (DTLLC), Prof. Dr. Gabriel Cohn (DCP), Prof. Dr. Pablo Ruben Mariconda (DF), Profa. Dra. Zilda Márcia Gricoli Iokoi (DH), Profa. Dra. Esmeralda Vailati Negrão (DL), Prof. Dr. Flávio Wolf de Aguiar (DLCV) e Sra. Eliana Bento da S. A. Barros (AÇÃO) - Membro Assessor. SERVIÇO TÉCNICO DE COMUNICAÇÃO: Eliana Bento da Silva Amatuzzi Barros – MTb 35814. COORDENAÇÃO: Dorli Hiroko Yamaoka – MTb 35815, PROJETO GRÁFICO: Dorli Hiroko Yamaoka, Erbert A. Silva – MTb 35870. COLABORADORES: Aline Vicente Miguel, Daniel Cantinelli Sevillano, Verônica Reis Cristo. REVISÃO: Maria Irene Acquaviva de Carvalho. SERVIÇO DE ARTES GRÁFICAS: João Fernando Querido Salvado. IMPRESSÃO: Gráfica – FFLCH/USP. TIRAGEM: 1500 exemplares.

cinismo, revestidos de saber técnico, que domina o ensino superior e permeia tanto a ideologia tucana quanto o atual projeto de reforma universitária mercantilista do Governo Lula?

É justamente esse contraste entre, de um lado, a vida e a obra de um intelectual comprometido com a transformação da sociedade, e a realidade dez anos depois de sua morte, que realça ainda mais a importância desta homenagem. Não reproduziremos elogios protocolares, que lembrem a “excelência” acadêmica, ou mesmo a “envergadura moral” de forma “neutra” e sem remeter aos dilemas presentes num país assolado pela miséria e pela exclusão.

Nesse sentido, julgamos que uma justa homenagem feita à Florestan Fernandes não parte apenas de sua antiga escola. Uma louvável iniciativa coube ao MST, ao

batizar sua Escola Nacional de Formação com seu nome. Num país no qual o povo sempre se curvou diante de um diploma, uma homenagem como essa supera qualquer colóquio acadêmico.

Herbert Marcuse disse certa vez que “a universidade já é uma instituição política... na melhor das hipóteses pode tratar-se de uma contrapolitização e não de uma politização”. Portanto, a tarefa da crítica que Florestan sempre exerceu em seus escritos deve ser valorizada e estimulada em nome de uma universidade efetivamente transformadora e comprometida com a justiça social.

Desta forma, os centros acadêmicos da Faculdade de Filosofia e o DCE-Livre da USP gostariam de reafirmar a trajetória coerente e engajada deste que, além de um grande sociólogo, será sempre lembrado por nós como um grande companheiro.

PROF. DR. SEDI HIRANO
DIRETOR DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS



Saudações às autoridades presentes;
Saudações aos Familiares de Florestan Fernandes e ao público: professores, estudantes e funcionários:

É com grande satisfação que participo da Cerimônia de Outorga do nome de Florestan Fernandes à Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

da Universidade de São Paulo.

Florestan Fernandes foi, como afirma Antonio Candido, o personagem essencial e principal na definição, entre nós, da sociologia como disciplina científica moderna.

A extraordinária vitalidade de sua personalidade foi forjada pela hercúlea força alicerçada no trabalho intelectual diuturno e metódico, alimentada pela ética do dever, pela heróica e espantosa dedicação à produção do conhecimento, o que transformou, segundo Antonio Candido, precocemente num líder intelectual notável, um orientador de obras e atitudes mentais das quais provieram algumas das realizações mais importantes da Universidade brasileira.

Visando construir a sua formação como sociólogo crítico, Florestan Fernandes, originário de família pobre, pouco acostumado com o trato com os livros, teve que forjar pessoalmente um programa de leituras para preencher suas deficiências intelectuais.

Afirma ele: “... tive de armar um programa de trabalho que envolvia no mínimo 18 horas, e às vezes mais, de

leituras intensas, todo dia. (...). Foi necessário porque nós não tínhamos um ensino secundário que alimentasse o desenvolvimento intelectual do estudante. (...) Eu tinha de ler livros e fazer um esforço duplo: de um lado, o de entender o francês do meu professor; de outro lado, o de multiplicar as leituras para poder, independentemente da língua, entender o que ele estava ensinando.

Para o grande mestre Florestan Fernandes, o tempo era leitura, que, se realizada de uma forma sistemática e metódica, abria caminho para a acumulação de conhecimento teórico e metodológico. O tempo era algo precioso e tinha que ser destinado ao aprimoramento do conhecimento.

O programa de leitura sistemática, iniciado em 1944 juntamente com o curso de licenciatura e pós-graduação, permitiu que ele selecionasse, à procura de caminho, autores e obras:

Os professores franceses citavam muitos autores, mas eu imprimi outra diretriz ao seu aproveitamento, preocupado que estava com a pesquisa empírica sistemática e com a construção ou a verificação das teorias. Daí o impulso no aproveitamento de Mannheim, Freyer, a “Escola de Chicago”, os antropólogos ingleses, além de autores clássicos e de Mauss ou Durkheim. Marx emergia diretamente de seus textos e do seu impacto teórico na sociologia. Fiz também seminários sobre Weber. No começo eu trabalhei mais com os autores

franceses como Durkheim, Mauss, Simiand, Maunier, Levy-Bruhl etc.

Realizada a formação teórica exemplar, Florestan Fernandes voltou-se para a formação do pesquisador:

No que diz respeito à formação intelectual do professor e, principalmente do investigador, tive condições para exercer uma influência crescente¹.

Quando sucedeu Roger Bastide, diz o grande mestre da sociologia brasileira que procurou escolher pessoas que tinham sido seus estudantes, que possuísem um ideal de carreira acadêmica e que se preocupassem com a investigação empírica sistemática e com a formação teórica refinada.

Assim a minha ambição sofre uma rotação completa. Em vez de estar preocupado com o que me cabia fazer como sociólogo, me preocupava com o que eu devia fazer, a partir e através da Universidade, para formar um grupo de sociólogos².

Ao se construir como sociólogo, Florestan Fernandes constitui um campo de saber, de reflexão crítica dos cientistas sociais.

Embora não fosse protestante, Florestan Fernandes carregava a disciplina obstinada de um calvinista. O tempo para ele, como já vimos, era precioso. Possuía uma disciplina férrea, uma fibra inquebrantável e uma vontade sem limites: sonhava com o impossível para atingir o possível. Construiu com garra a sua formação científica e impôs um padrão de carreira acadêmica na Universidade de São Paulo, formando a Escola Sociológica de São Paulo³.

Todos os trabalhos de titulação acadêmica e outras obras de Florestan Fernandes possuem a categoria dos grandes clássicos da sociologia moderna e contemporânea: conhecimento teórico e metodológico enciclopédico, reflexão crítica refinada, domínio exaustivo do material empírico. Entre eles estão *A Organização Social dos Tupinambás*, *a Função Social da Guerra na Sociedade Tupinambá*, *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, *Ensaio sobre o Método de Interpretação Funcionalista*, *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, *A Revolução Burguesa no Brasil*, etc.

¹ FERNANDES, Florestan. Idem, p. 14.

² FERNANDES, Florestan. Idem, pp. 14 e 15.

Na análise de Antonio Candido, o Florestan dos anos 40 é o da construção do conhecimento científico, que ao cultivar o seu arquiteta a possibilidade de saber dos outros. Ainda, segundo ele, o Florestan dos anos 50 "é o que começa a se apaixonar pela aplicação do saber ao mundo, porque, tendo já os instrumentos na mão, se dedica aplicá-los para compreender os problemas do mundo". Num outro momento, Florestan é quem "tendo o saber à compreensão do mundo, o transforma numa arma de combate"⁴. Para Antonio Candido, estas três etapas estão misturadas, pois sempre houve a terceira na primeira e a primeira na terceira. No decênio da construção do conhecimento o seu foco foi notadamente o índio. Florestan descreveu e interpretou os Tupinambás, contrariando a voz corrente que afirmava que os documentos existentes impossibilitavam o real acesso a eles, realizando, assim, uma importante contribuição teórica na discussão metodológica sobre os conceitos de organização social e de função social. No decênio da aplicação do conhecimento teórico e metodológico a investigação orientou-se em torno do negro, procurando descobrir a maneira pela qual ele "... percebia e explicava criticamente as manifestações do preconceito de cor, do 'complexo' da discriminação: ..." ⁵.

Nesta empreitada investigativa que levava à compreensão dos problemas dos negros, florescia, em Florestan Fernandes, a idéia de intervir na sociedade que os gerava. Nesse sentido, militância adquire um novo significado na virada dos anos 50 para os 60, e o nosso homenageado surge como líder, sobretudo na Campanha pela Escola Pública, tornando-se uma figura nacionalmente conhecida. Ele se revelou "então um grande militante, em pleno processo de juntar as águas do marxismo com as da sociologia acadêmica, esboçando o que vai ser nos anos 60: uma grande figura de militante solitário, de homem que pode ter atuação equivalente aos que se enquadram num partido". Florestan Fernandes valia por um partido político⁶.

Nos anos 60 encontra-se fundido a Florestan o sociólogo acadêmico, o pensador crítico e o militante consciente. Por isso, os temas e os seus enfoques mudam substantivamente. O que ele estuda são as estruturas

³ ARRUDA, Maria Armanda do Nascimento. Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a 'escola paulista'. In: MICELI, Sérgio (Org.): História das Ciências Sociais no Brasil. São Paulo, Sumaré/IDESP; FAPESP; 1995, p. 140.

⁴ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 28 e 29.

⁵ FERNANDES, Florestan. Op. cit., p. 66.

⁶ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 31.

de classes, os problemas relativos à Revolução Burguesa no Brasil, os graves conflitos do desenvolvimento e subdesenvolvimento, a inserção do Brasil na América Latina e os seus problemas de dependência, o significado da Revolução Cubana. A sociologia em Florestan Fernandes se transforma em militância, da qual ele sempre fora adepto desde os anos 40:

Eu já era socialista antes de começar a lecionar na Faculdade de Filosofia e, inclusive, tive alguma militância em movimentos de esquerda como socialista⁷.

Assim, uma interação mais produtiva do sociólogo com os movimentos sociais só começa, realmente, na década de 60.

Em vários trabalhos, Florestan Fernandes define aqueles que se opõem à mudança social no Brasil como uma modalidade de resistência sociopática das classes conservadoras, que têm medo de perder suas posições nas estruturas de poder.

É uma descoberta que eu jamais faria se não tivesse participado da Campanha de Defesa da Escola Pública. Ali eu vivia praticamente os papéis intelectuais do sociólogo militante⁸.

Quando Florestan Fernandes se saturou de teoria, na feliz expressão de Antonio Candido, conseguiu chegar a posição de sociólogo empenhado em atuar politicamente segundo um espírito haurido no marxismo, construindo o que se chamou *sociologia crítica e militante*⁹.

Um de seus mais notáveis discípulos, Octavio Ianni, um marxista convicto e portador de uma ética inquebrantável, afirmou que Florestan criou um padrão de trabalho científico, um novo estilo de pensamento na sociologia brasileira.¹⁰

Ao salientar a importância do sociólogo em se envolver em atividade política, Florestan adverte:

uma atividade militante intensa é incompatível com a vida acadêmica: ela pode ser posta em prática de modo

transitório, em dados momentos. Apesar de tudo, a situação é produtiva para o cientista social. Ele pode descobrir coisas sobre a sociedade que ficam ignoradas quando ele se protege por trás do escudo da neutralidade e da profissão, isolando-se mentalmente.¹¹

Segundo Antonio Candido, Florestan Fernandes revolucionou a sociologia brasileira neutra das academias, transformando-a em sociologia participante, sem perder o rigor metodológico e a objetividade na pesquisa. Ele foi ainda "o primeiro, e até hoje o maior praticante no Brasil desse tipo de ciência sociológica, que é ao mesmo tempo arsenal da *praxis*, fazendo o conhecimento deslizar para a crítica da sociedade e a teoria de sua transformação". Daí resultou um desfecho lógico, isto é, a militância política que Florestan Fernandes praticou desde a mocidade, que depois deixou de lado e afinal "retomou a partir de 1985, quando entrou para o Partido dos Trabalhadores e se tornou um político, amparado intelectualmente pela sua forte base teórica e traduzindo o seu pensamento em nível coletivo pela atividade jornalística".¹²

Em suma, Florestan Fernandes se caracteriza por possuir uma extraordinária integridade e uma consciência intelectual e política que fazem dele o homem mais brilhante da geração acadêmica dos anos 60 e 70. A partir da segunda metade dos anos 80 até meados dos anos 90, ele foi um grande e excepcional militante político como deputado federal do Partido dos Trabalhadores.

Florestan Fernandes foi o mais radical e contundente analista crítico das relações raciais, das desigualdades abissais existentes entre as classes sociais, da estrutura de poder e das elites que se perpetuam, formando o Partido da Ordem, desde a época colonial até os nossos dias.

Por fim, Florestan Fernandes sempre foi uma pessoa extremamente cordial, afetiva e amorosa e de uma bondade transbordante. Era um homem fascinante que construiu um destino exemplar.

São Paulo, 10 de agosto de 2005

⁷ FERNANDES, Florestan. Op. cit., pp. 80 e 81.

⁸ FERNANDES, Florestan. Op. cit., p. 35.

⁹ CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 57. Os grifos são meus.

¹⁰ IANNI, Octavio. (Org.) Florestan FERNANDES: Sociologia Crítica e Militante. São Paulo, Expressão Popular, 2004, p. 72.

¹¹ FERNANDES, Florestan. Op. cit., p. 38.

¹² CANDIDO, Antonio. Op. cit., p. 60 e 61.



Quero saudar o Magnífico Reitor, as autoridades universitárias, a família de Florestan Fernandes, os prezados colegas e amigos aqui presentes.

Pensando sobretudo nos estudantes que frequentam a Biblioteca, vou me concentrar em apenas um tópico, fazendo algumas reflexões sobre a dificuldade. O que é dificuldade? É um obstáculo que se interpõe entre o propósito e a sua realização, sejam propósitos de natureza afetiva, econômica, política, científica, etc. Vencer a dificuldade que separa o sujeito da realização do seu intuito é condição para definir a personalidade de cada um.

Digo isso para lembrar que a vida de Florestan Fernandes foi, antes de mais nada, uma luta destinada a superar as dificuldades de maneira constante e inflexível, em todos os níveis. Como sabemos pelos seus textos autobiográficos, ele nasceu muito pobre e desamparado, num grupo social sujeito a toda a sorte de discriminações. Tudo o que alguém com um mínimo de possibilidades realiza por assim dizer normalmente, ele só realizou mediante um esforço titânico.

Eu costumo dizer que havia na sua personalidade um elemento de titanismo, nos dois sentidos: titanismo como força e titanismo como rebeldia contra os poderes superiores, pensando no mito grego. De fato, partindo da mais extrema privação, com tudo o que ela implica, ele superou os sucessivos obstáculos e se impôs ao longo de uma carreira vitoriosa, até chegar às esferas mais elevadas do prestígio social, intelectual e institucional. É preciso assinalar que o ponto de partida foi o par combativo que formou com sua mãe, a intemerata dona Maria Fernandes, e pode ser avaliado pela admirável expressão que ele forjou: “Minha mãe e eu sobrevivemos graças ao nosso orgulho selvagem” - orgulho dos que nunca dobram a cabeça.

Em segundo lugar, lembro a dificuldade dos temas que ele enfrentou na vida intelectual. O nosso professor Sedi Hirano mencionou o feito que foi a sua dissertação de mestrado sobre os Tupinambá, terminada e defendida quando tinha vinte e sete anos. Talvez nem todos sabiam que, segundo os etnólogos, era impossível conhecer satisfatoriamente a organização social desse povo famoso na história do Brasil, extinto no século XVII, porque a documentação não seria suficiente para tanto. Por isso, só era possível o conhecimento de aspectos parciais, e

nesse sentido há os estudos clássicos de Alfred Métraux sobre a cultura material e a religião. Pois o jovem e arrojado Florestan, aos vinte e cinco anos, resolveu enfrentar a incógnita e realizar a quadratura do círculo, resultando *Organização social dos Tupinambá*, clássico da sociologia contemporânea. Sem dúvida, esse era um homem que enfrentava dificuldades. O saudoso Ruy Coelho contava que certa vez, em Paris, ouviu Lévi-Strauss dizer a Métraux, mostrando o volume de Florestan: “Aqui está o livro de um rapaz que fez o que vocês diziam que era impossível fazer”.

Outro problema difícil foi o do negro, que tratou, junto de Roger Bastide, de maneira revolucionária, ao considerá-lo, não objeto de pesquisa, mas sujeito, trazendo-o para dentro do processo de investigação. Quem presenciou naquele tempo o trabalho de Florestan e seus colaboradores viu como ele despertou a iniciativa da comunidade afro-brasileira em São Paulo, fazendo da colheita de material uma oportunidade para a tomada de consciência e a promoção humana desses discriminados máximos da sociedade brasileira.

Em terceiro lugar, e falando diretamente aos estudantes, quero mencionar a sua capacidade de enfrentar os textos difíceis, muitos dos quais nos faziam recuar, como os três volumes da obra de François Simiand sobre o salário, que nós mal folheávamos e ele estudou a fundo. Desde o tempo de estudante, Florestan se aplicou em vencer esse tipo de dificuldade, penetrando com segurança nas obras intrincadas de Freyer, Toennies, Sombart, depois Marx e Weber, sem esquecer o terrível Talcott Parsons. A sua capacidade de leitura, evocada pelo diretor Sedi Hirano, era de fato surpreendente, e a propósito conto o seguinte.

Graças ao prestígio do professor Fernando de Azevedo, de quem nós dois éramos assistentes em 1947, a cadeira de Sociologia II foi a primeira no setor de ciências humanas a receber tempo integral, que naquele tempo nos obrigava a fazer plantão na Faculdade das oito da manhã ao meio dia, e das duas às seis da tarde. Às seis, saíamos juntos Florestan e eu do prédio da Praça da República, onde funcionava a nossa seção, e percorríamos a Rua Sete de Abril. Confesso que, já cansado, eu só pensava em tomar o ônibus e ir para casa, mas Florestan, quando chegávamos à Rua Xavier de Toledo, me dizia: “Agora vou ficar aqui na Biblioteca até ela fechar”, o que fazia, alimentando-se com uma xícara de café com leite nalgum bar da proximidade. A sua resis-

tência no trabalho intelectual era tão grande quanto a sua rara capacidade de concentração, frutos ambas da determinação de enfrentar as dificuldades com denodo.

Em quarto lugar, menciono uma dificuldade maior que venceu com igual força: a da saúde. Como se sabe, em certo momento ele foi vítima de um grave erro médico, quando lhe injetaram, numa transfusão, sangue contaminado, o que o debilitou e reduziu de modo considerável a sua enorme resistência física. No entanto, em meio a sofrimentos e limitações, amparado na bengala e na persistência, ele prosseguiu no trabalho e acabou aceitando a eleição para deputado do Partido dos Trabalhadores. Eu disse então a minha mulher: "O Florestan é de fato um homem heróico, porque com as suas atuais condições de saúde sabe que não vai resistir ao trabalho do Congresso, e certamente morrerá. Quer dizer que escolheu o tipo de morte que deseja, isto é, lutando pelas suas convicções".

Mas, inesperadamente para mim, a sua força interior era tal que a luta o tonificou e ele exerceu ativamente dois mandatos, recusando o terceiro.

Concluindo, quero dizer que nenhum nome poderia ser mais adequado para este lugar de saber que é a Biblioteca de nossa Faculdade, espaço por excelência do estudioso. Por isso proponho aos jovens, como exemplo, quem foi estudioso incomparável, sempre disposto a abordar as leituras mais escarpadas. Os jovens devem se capacitar de que não há saber fácil e que é preciso não recuar ante os textos difíceis. A informação pode ser fácil, mas o saber verdadeiro é inçado de dificuldades que devem ser superadas, como as superou sempre galhardamente Florestan Fernandes.

Antonio Candido

UMA HOMENAGEM À AMIZADE

HELOÍSA FERNANDES
10 DE AGOSTO DE 2005



Agradeço em nome da minha mãe, Myriam Rodrigues Fernandes, dos meus irmãos e de toda família do meu pai a homenagem que a Universidade de São Paulo, aqui representada por seu Magnífico Reitor, Prof. Dr. Adolpho José Melfi, presta hoje a Florestan Fernandes. Mas é como professora do De-

partamento de Sociologia que agradeço comovida aos meus colegas e amigos, especialmente ao Diretor da Faculdade, professor Sedi Hirano, e aos professores Antonio Candido, Gabriel Cohn, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Zilda Iokói, Flávio Wolf de Aguiar e lumna Maria Simon, aos meus colegas do Departamento, da Faculdade, da Universidade, e, também, aos funcionários, aos alunos e aos amigos de Florestan aqui presentes.

Ainda ontem, eu lastimava que o nome de Florestan Fernandes não estivesse em nenhuma praça, rua, sala ou salinha da Universidade de São Paulo¹ e, hoje, seu nome está sendo reconhecido junto à sua única e verdadeira fortuna: o livro. Meu pai, um homem simples e modesto, sentia-se muito honrado com as homenagens que recebeu em vida; prezava-as todas, sem hierarquias,

vestindo-se de pompa, orgulho, emoção e muita alegria. Imagino como estaria feliz aqui, hoje, homenageado por amigos, professores, alunos, funcionários, militantes e todos esses livros! Eu mesma já disse, uma vez, que foi nos livros que Florestan encontrou como alimentar-se, lúcida e apaixonadamente, da cultura do seu tempo e das mais generosas utopias do seu século.²

Sabemos que meu pai descende de camponeses que emigraram de Portugal para Bragança, no interior de São Paulo, e que, mais tarde, minha avó paterna migrou para a capital onde encontrou enormes dificuldades para sobreviver, tornando-se empregada doméstica na residência da família Bresser, onde meu pai nasceu, em 1920. Para essa família aristocrática, Florestan era um nome muito nobre para um filho de doméstica e foi assim que ele passou a ser chamado e a se reconhecer como Vicente.

Meu pai considerava-se parte do lumpen-proletariado, "na minha arquitetura mental (...) estávamos pouco abaixo dos gatunos profissionais e dos vagabundos, das prostitutas, dos soldados da Força Pública"³. Gente

¹ Fernandes, Heloísa, "Florestan Fernandes, Universidade e MST", Revista Caros Amigos. Ano VIII, número 96, março 2005, p.17.

² Fernandes, Heloísa, "Amor aos livros – reminiscências de meu pai em sua biblioteca", em Martinez, Paulo, org., Florestan ou o Sentido das Coisas, São Paulo, Editorial Boitempo, 1998, p.47-56.

³ Fernandes, Florestan, A Sociologia no Brasil, Petrópolis, Editora Vozes, 1977, p.148.

emparedada num círculo de ferro sem ao menos vislumbrar como sair dali. Pois aos 17 anos, em 1937, com a escola, com o curso de madureza, com os professores, as leituras, os debates – “para nós, era puro mel e uma revolução”⁴ – foi invadido, como ele diz, por uma “grande alegria de viver e uma esperança sem limites, como se o mundo me pertencesse e, a partir daí, tudo dependesse de mim”⁵. Rompia sozinho o círculo de ferro que o atava aos “de baixo” e adentrava, como aluno do Curso de Ciências Sociais, aos 21 anos de idade, a Universidade de São Paulo. Entrava radiante só para descobrir, como ele nos diz, que suas “falhas de formação e de informação eram imensas, por assim dizer, ‘enciclopédicas’ – e claramente insanáveis”⁶. Uma encruzilhada e duas saídas: desistir ou “submeter-me a uma disciplina monástica de trabalho”⁷ na Biblioteca Municipal e na Biblioteca Central da Faculdade. Com tenacidade, determinação, sacrifício, escolheu a segunda alternativa. Afinal, seria seu único passaporte para o lado de lá. Mais tarde, já formado e contratado como professor da Faculdade, ainda foi preciso “esconder minha insegurança, disfarçando o estado de pânico, que demorou para dissipar-se” plantando-se “pelo maior espaço de tempo possível, todos os dias”⁸ nas bibliotecas.

Escola e livros, universidade e livros, bibliotecas; os livros transformavam-se nas moedas de saber com as quais ia desatando aquele círculo de ferro. Na feliz metáfora de Paulo Silveira, Florestan “encara os livros como aquela ‘vara’ de salto que leva o atleta muito mais alto do que ele poderia ir sem ela”. O próprio Florestan reconheceu melhor que ninguém a envergadura da metamorfose quando ocorreu essa sua passagem para o mundo de cima: “o Vicente que eu fora estava finalmente morrendo e nascia em seu lugar, de forma assustadora para mim, o Florestan que eu iria ser”⁹. Um Florestan decidido a dedicar os próximos vinte e quatro anos da sua vida à Universidade de São Paulo onde, com uma brilhante equipe de jovens assistentes, fundou aquela que seria chamada de Escola Sociológica de São Paulo; “um pequeno mundo”, diz ele, “o qual, aliás, bem depressa se converteu na razão de ser de nossas vidas e no eixo em torno do qual iriam girar as nossas atividades profissionais ou políticas”¹⁰, até ser compulsoriamente aposenta-

do, em 1969, pela ditadura militar, quando ainda não havia completado 49 anos de idade.

Mas não é do Florestan sociólogo que quero falar aqui, hoje, mas do Vicente, dos que permanecem presos do lado de lá do círculo de ferro, os “de baixo”, os deserdados, como ele dizia, essa imensa maioria de brasileiros com os quais manteve um compromisso ético, afetivo e político. Penso mesmo que Florestan sociólogo construiu conceitos e interpretações – ou a eles recorreu – os quais deve ao Vicente do outro lado do círculo de ferro, e os exemplos são inúmeros: *círculo fechado; cerco capitalista; capitalismo selvagem; deserdados da terra; massa dos excluídos e marginalizados; revolução burguesa que se fechou para a plebe; democracia restrita; Estado autocrático*. Florestan sociólogo foi um incansável denunciante dos infinitos “processos de espoliação, de exclusão e de subalternização impiedosa dos de baixo”¹¹.

“O passado não conhece seu lugar, ele está sempre presente” bem-vinda tese que, para um amigo querido¹², seria de Mario Quintana. Florestan tornou-se um aliado do Vicente, dessa imensa maioria que não consegue romper o círculo de ferro, deixando-lhes uma advertência - *cuidado, essa gente de cima tem medo de povo* - e um conselho - *estudar*. Pois não foi isso mesmo que me escreveu ainda outro dia João Pedro Stédile, dirigente do MST: “nosso país precisa de um povo culto, consciente e organizado, que lute por seus direitos, de forma coletiva. Não de candidatos. Foi isso que aprendemos com teu pai e procuramos aplicar na prática”.

“O passado não conhece seu lugar, ele está sempre presente”, porque os Vicentes não param de nascer e renascer a cada dia. Vicente, o engraxate, o filho da empregada doméstica, sempre teve onde morar, mesmo precariamente. Agora, ainda ontem, na semana passada, em São Paulo, capital, crianças de rua são despejadas das suas casinhas de boneca ou de cachorro porque as autoridades “não podem permitir que o espaço público seja ocupado dessa forma”¹³; é um Vicente de 13 anos quem diz que “era uma linda casinha, azul por fora e branca por dentro. Mas tudo que é bom, dura pouco e tudo que é ruim, permanece. A vida já me ensinou isso”. Florestan sociólogo tinha de ser socialista, foi como firmou seu com-

⁴ Idem ib.

⁵ Idem, p.150/1.

⁶ Idem, p.155.

⁷ Idem, p.156.

⁸ Idem, p.168.

⁹ Idem ib., p. 157.

¹⁰ Idem ib., p.192.

¹¹ Fernandes, Florestan, O PT em Movimento, Cortez Editora, S.P., 1991, p. 48.

¹² Encontrei a frase numa mensagem eletrônica recebida do cel. Geraldo de Menezes Gomes, atribuída a Mario Quintana, mas sem a fonte de referência.

¹³ **Folha de S.Paulo**, “‘Casa de boneca’ abriga morador de rua”, 2 de agosto de 2005, p. C1.

promisso com Vicente, com os “de baixo”, com os que permanecem do lado de lá do círculo de ferro, um círculo que só pode ser rompido de vez coletivamente.

“O passado não conhece seu lugar, está sempre presente!” Quem disse que Florestan não está bem presente aqui, entre nós, representado, e tão bem, onde sempre esteve, em Antonio Candido, esse seu amigo de mais de cinquenta anos? Uma amizade que nasceu quando dois jovens de 21 e 23 anos encontraram-se aqui mesmo nesta Universidade. Uma amizade que persistiu, cresceu, amadureceu. Nossos melhores filósofos pensaram que o amigo “é um outro nós mesmos” pois “quando queremos conhecer-nos a nós mesmos, conhecemo-nos vendo-nos em um amigo”.¹⁴ Antonio Candido e Florestan passaram muito tempo convivendo, conversando, vendo-se, construindo-se. Tiveram tempo até mesmo para escrever um sobre o outro¹⁵. Nisso que escreveram encontramos o espelho onde se construíram; com **afetos** (os textos de um sobre o outro falam de amor, solidariedade, compaixão, generosidade), com **disposições morais** (falam de integridade, dignidade, retidão moral, senso do dever, ética profissional), como **sujeitos** (cada um reconhece no outro o lutador, o militante socialista, o

¹⁴ Cardoso, Sérgio, “Paixão da igualdade, paixão da liberdade: a amizade em Montaigne”, em V.A., Os Sentidos da Paixão, São Paulo, FUNARTE e Companhia das Letras, 1987, p. 161.

¹⁵ Florestan Fernandes escreveu sobre Antonio Candido em D’Incao, Maria Angela e Scarabótolo, Eloísa, org., Ensaio sobre Antonio Candido, São Paulo, Companhia das Letras, 1992, p.33-6 e Antonio Candido reuniu vários escritos seus sobre Florestan em Florestan Fernandes, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

professor por vocação, o humanista visceral, o homem de luta e de ideal). Em suma, dois amigos que se reconhecem pelos valores que cultivaram: integridade, dignidade, liberdade, justiça. Vicente bem soube ter encontrado em Antonio Candido um espelho onde construiu seu Florestan; um Florestan que, acompanhado da sabedoria do amigo, foi perdendo o pânico da sua solidão do outro lado do círculo de ferro. Em 1965, meu pai escreveu uma carta à minha mãe que, embora datada e localizada, guarda um significado que vai além desse encontro. *“Miriam, estive com Bastide e a esposa, em Anduze. Foram gentis comigo, só me deixaram voltar dois dias depois. Teria ficado sozinho em Paris, ao retornar. Por sorte, o acaso lançou o Antonio Candido nos meus braços no Boulevard Saint Germain (...) O Antonio Candido me regalou com um jantar principesco. Depois que encontrei o Antonio Candido, tenho boa companhia para as andanças por Paris. Ele já conhece tudo e toma o cuidado de me mostrar o que possui maior interesse”*. O acaso lançou Antonio Candido nos braços de Florestan e foi assim que o Vicente completou sua travessia para além do círculo de ferro: *“ele já conhece tudo e toma o cuidado de me mostrar o que tem maior interesse”*.

Antonio Candido recusou perder Florestan assumindo a tarefa de dar testemunho do amigo, do seu valor, dos seus valores: integridade, dignidade, liberdade, justiça, o que há de melhor em nossa cultura, o que há de nobre nesta Universidade. Penso que ainda haveremos de comemorar como se deve quando esta biblioteca passar a chamar-se **Antonio Candido e Florestan Fernandes, uma homenagem à amizade**.

ADOLPHO JOSÉ MELFI

MAGNÍFICO REITOR DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO



Após a fala dos professores Sedi Hirano, Diretor da FFLCH, e Antonio Candido, Professor Emérito da FFLCH, e da professora Heloisa Fernandes, filha do professor Florestan Fernandes, coube ao Reitor da USP, Adolpho José Melfi, finalizar a cerimônia de outorga do nome de Florestan Fernandes à

Biblioteca da FFLCH. Numa breve fala, o professor Melfi ressaltou a importância da outorga do nome de Florestan Fernandes à Biblioteca da FFLCH, tendo em vista a importância que Florestan teve para o desenvolvimento da pesquisa em Ciências Sociais na USP e no Brasil. Além da importância que teve como professor, Florestan também teve importância para a redemocratização do país, já que foi eleito deputado para a Constituinte de 1988, auxiliando na con-

fecção da nova Constituição do país.

Além disso, o professor Melfi ressaltou a importância do espaço da própria Biblioteca da Faculdade de Filosofia, uma das mais completas de toda a Universidade. Com a construção do novo módulo da Biblioteca, todo o acervo bibliográfico da Faculdade de Filosofia encontra-se no mesmo espaço, proporcionando aos estudantes e pesquisadores a possibilidade de realizar suas pesquisas num local que conta com mais de 300000 livros e 150000 fascículos de mais de 2000 periódicos.

Finalizando, o Reitor reiterou a importância de dar o nome de Florestan Fernandes a um espaço como a Biblioteca da FFLCH, local que representa para os que estudam na Faculdade seu local de trabalho e pesquisa, e congratulou a Faculdade e sua Congregação pela homenagem.

X CONGRESSO KANT INTERNACIONAL

A organização do Congresso contou com três Comissões centrais: Científica, presidida pelo Prof. Dr. Guido de Almeida (UFRJ); Organizadora, presidida pela Profa. Dra. Fátima Évora; e Coordenadora, presidida pelo Prof. Dr. Valerio Rohden (ULBRA). O Congresso será coordenado, na Universidade de São Paulo, pelo Prof. Dr. Ricardo Terra.

APRESENTAÇÃO

O X Congresso Kant Internacional aconteceu entre 04 e 09 de setembro de 2005 na Universidade de São Paulo, no prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/FAU (Cidade Universitária). O evento ocorre a cada 5 anos, e desta vez é promovido pela Sociedade Kant Brasileira em cooperação com a Universidade de São Paulo e a Universidade Estadual de Campinas, e com apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O Congresso é de alçada da *Kant Gesellschaft* (Sociedade Kant da Alemanha), que delegou à Sociedade Kant Brasileira o encargo de sua organização e execução, rompendo com a praxe da sua realização limitada até agora ao eixo Alemanha / Estados Unidos.

A abertura do Congresso contou com uma saudação do Prof. Dr. Ricardo R. Terra (USP), e com uma conferência inaugural do Prof. Dr. José A. Giannotti (Professor Emérito da USP e ex-Presidente do CEBRAP). Para a cerimônia de abertura foi convidado o Ministro da Educação, Professor Fernando Haddad.

HISTÓRICO

A grande participação de estudiosos brasileiros no último Congresso Kant Internacional, na Humboldt-Universität de Berlim, propiciou a candidatura do Brasil como país sede do X Congresso Internacional, também pleiteada pela Universidade de Pisa, na Itália, e pela Universidade de Edinburg, na Escócia. A realização do X Congresso Kant Internacional no Brasil foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária da *Kant-Gesellschaft* em Mainz, Alemanha, no dia 16 de março de 2002, depois que os delegados alemães participaram do II Congresso Brasileiro Kant, em 2001, em Itatiaia, Rio de Janeiro, e relataram à Assembléia a alta qualidade dos estudos kantianos brasileiros e as condições ideais oferecidas pela USP, na cidade de São Paulo, para a realização desse Congresso.

TEMA CENTRAL:

DIREITO E PAZ NA FILOSOFIA DE KANT

O legado de Kant é muito amplo. Na história da Filosofia existem poucos filósofos que podem se comparar a ele nesse aspecto. Na *Crítica da razão pura* (1781) encontram-se tanto questões vinculadas à crítica da metafísica como à análise das condições de possibilidades da ciência de seu tempo, que é a física de Newton. Na *Crítica da razão prática* (1788), há uma ampliação e radicalização da auto-fundação da moral. Kant elabora uma filosofia moral independente da religião e separada da ciência e da estética. E na terceira crítica, que é a *Crítica do juízo* (1790), ele ainda abre a possibilidade de se pensar o juízo estético, independente da religião, independente da ciência e da ética.

Além do legado das três críticas, o do pensamento político-jurídico kantiano é fundamental porque Kant está o tempo todo insistindo no espaço público, na discussão desse espaço. Nesse sentido, há uma resistência contra todos os fundamentalismos. Kant quer articular os direitos liberais com os democráticos. Trata-se de relacionar direitos humanos e soberania popular. Esse é o elemento fundamental do seu pensamento político. A soberania popular, junto com os direitos humanos, deveriam reger não só a política interna de cada país mas também, em última instância, a política externa. Podemos encontrar muitos elementos na filosofia kantiana contra a política como violência ou como terrorismo ou como antiterrorismo violento.

O tema central do Congresso foi *direito e paz na filosofia de Kant*. A perspectiva de paz de Kant não é uma mera perspectiva utópica. A paz para ele se constrói com o direito. Pensar a noção de direitos humanos junto com a soberania popular é uma maneira de enfrentar os problemas ligados à realização da paz, e tentar construir instituições - tanto nacionais quanto internacionais - em que se tenha mais justiça. No Direito, além de pensar a fundamentação do Direito Privado e do Direito Público, no Direito Internacional Kant foi tão longe que podemos considerá-lo como precursor de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU).

Para além de seu tema central, o Congresso permitiu debater em 19 seções temáticas todos os demais aspectos da filosofia kantiana.

PRÊMIO INTERNACIONAL KANT

* Concessão do Prêmio Internacional Kant pela fundação alemã *ZEIT-Stiftung*, agora em sua terceira edição.

* O premiado deste Congresso foi o filósofo norte-americano Henry Allison, professor da Universidade de Boston e ex-professor da Universidade de San Diego, Califórnia. Ele é autor, entre outras obras, de: *Kant's Transcendental Idealism: An Interpretation and Defense* (1983), *Kant's Theory of Freedom* (1990); e *Kant's Theory of Taste: A Reading of the Critique of Aesthetic Judgment* (2001). O prêmio foi uma doação em dinheiro no valor de 20.000 Euros. Além do prêmio principal, foi concedido um Prêmio de Incentivo a um pesquisador mais jovem, no valor de 5.000 Euros, desta vez contemplando a professora Dr. Michelle G. Grier (San Diego). Este segundo premiado é escolhido pelo titular do prêmio principal, enquanto o primeiro é escolhido por um júri internacional indicado pela fundação DIE ZEIT.

* As duas premiações principais anteriores foram concedidas a Peter Strawson (Oxford) e Dieter Henrich (Munique). Com a premiação de Henry Allison, portanto, o Prêmio institui a tradição de distinguir pesquisadores de máxima importância e originalidade na pesquisa específica da filosofia de Immanuel Kant.

ESTRUTURA DO CONGRESSO

Do ponto de vista de sua estrutura, o X Congresso Kant Internacional contou com 5 conferências plenárias principais. Todas, com exceção da conferência de abertura, foram realizadas à noite. Conferencistas: José Arthur Giannotti (USP/CEBRAP), Professor Emérito da USP e ex-presidente do CEBRAP, Barbara Herman (Califórnia), editora das *Lectures on the history of moral philosophy*, de John Rawls, Paul Guyer (Pensilvânia), tradutor para o inglês da *Crítica da razão pura* e editor da nova edição da Cambridge University Press, Mario Caimi (Buenos Aires), Ottfried Höffe (Tübingen). Foram 16 conferências plenárias pela manhã (entre cujos conferencistas se encontram

Volker Gerhardt (Berlim); António Marques (Lisboa), Manfred Baum (Wuppertal); Jean-François Kervegan (Paris); Silvestro Marcucci (Pisa), editor da *Studi Kantiani*; Wolfgang Carl (Göttingen); Michel Fichant (Paris); Eckart Förster (John Hopkins); Bernd Dörflinger (Trier), editor da *Kantstudien*; François Marty (Paris); Howard Williams (Wales), editor da *Kantian Review*; Marcus Willaschek (Frankfurt); Claude Piché (Montreal); Oskar Negt (Hannover), Robert Pippin (Chicago); e Valerio Rohden (Porto Alegre), tradutor das três *Críticas* para o português, e com Seções Temáticas no período da tarde, com quase 350 comunicações inscritas, entre estrangeiros e brasileiros.

CURIOSIDADE

O Congresso teve a visita surpreendente de um grupo de motociclistas da Lituânia – país fronteiriço à cidade natal de Kant, Königsberg (da antiga Prússia alemã, hoje Kaliningrad, um enclave pertencente à Rússia). O grupo, coordenado por Vladas Bieliauskas (Vilnius, Lituânia), veio ao Brasil para homenagear o X Congresso Kant Internacional. A viagem das quatro motos partiu do México e percorreu a América Latina até São Paulo.

PUBLICAÇÃO

Os Anais do Congresso serão publicados pela Editora Walter de Gruyter, de Berlim. O financiamento principal desta publicação contará com o apoio da Fundação *ZEIT*, de Hamburgo, e do Grupo Gerdau, de Porto Alegre.

PATROCINADORES

MEC – CAPES – CNPq – FAPESP
Banco DAIMLER-CHRYSLER - Grupo Empresarial GERDAU
GOETHE-Institut – São Paulo
CONSULADO GERAL da Alemanha- São Paulo
DAAD, DFG, ZEIT-Stiftung, KANT GESELLSCHAFT - da Alemanha
NORTH-AMERICAN KANT SOCIETY - Estados Unidos.

XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA

Alguns dos maiores expoentes da Geografia brasileira atual reuniram-se entre 05 e 09 de setembro no *XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. O evento ocorreu no Prédio de Geografia e História da Cidade Universitária, um patrimônio arquitetônico de São Paulo.

O tema central do evento, *Geografia, Tecnociência,*

Sociedade e Natureza, subdivide-se em vários eixos temáticos que contemplam assuntos de grande interesse nacional, como processos socio-ambientais em áreas urbanas, rurais e costeiras, geo-tecnologias aplicadas à pesquisa geográfica, recursos hídricos, turismo e ambiente, políticas públicas no ordenamento territorial, entre outros.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL: DOM QUIXOTE 400 ANOS

Quando é editada a segunda parte de *Quixote*, de Miguel de Cervantes, em 1615, o Licenciado Márquez Torres - que se encarregou de conceder a "Aprovação" à obra - dá a notícia de que a primeira parte, publicada em 1605, havia atravessado fronteiras européias e caído na simpatia dos leitores seiscentistas. O "decoro", a "decência", assim como a "suavidade" e "delicadeza de seus discursos" teriam produzido grande admiração, dentro e fora da Espanha. Essas seriam algumas das qualidades da obra de Cervantes responsáveis por sua ampla difusão nos primeiros anos do século XVII, apontadas pelo Licenciado que, certamente, não poderia supor que, 400 anos após a publicação da primeira parte, nos quatro cantos do mundo, a obra ainda seria motivo de muitas homenagens, comemorações, reuniões de estudiosos e objeto de múltiplas pesquisas.

Por ocasião do IV centenário da publicação da pri-

meira parte, o Instituto Cervantes de São Paulo, o Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana e a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas organizaram o ***Simpósio Internacional: DOM QUIXOTE 400 anos.***

O Simpósio contou com a participação de especialistas de universidades de diversos países (Espanha, Itália, Portugal, Bélgica, Estados Unidos, México e Uruguai), professores da FFLCH, PUC e UNICAMP, e alunos da pós-graduação do Departamento de Letras Modernas que se dedicam aos estudos cervantinos. Foram abordados aspectos variados da obra, assim como a recepção de *Quixote* em diversas literaturas. Foi um espaço enriquecedor de debate e reflexão sobre a obra de Cervantes.

Maria Augusta da Costa Vieira
Organizadora

ESCREVER A VIDA

NOVAS ABORDAGENS DE UMA TEORIA AUTOBIOGRÁFICA

O Simpósio Internacional "Escrever a Vida: Novas abordagens de uma teoria autobiográfica" realizou-se na FFLCH da USP durante os dias 20, 21 e 22 de setembro. Foi organizado por docentes dos Departamentos de Letras Modernas e Letras Orientais (Profs. Drs. Berta Waldman, Helmut Galle, Laura Izarra, Ana Cecília Olmos, Valeria de Marco e Adriana Kanzevolsky, da Unicamp) e visou ao desenvolvimento de uma abordagem interdisciplinar do tema, incentivando o diálogo entre os estudos das Literaturas Modernas e outros campos do saber tais como: a História, a Filosofia, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia, as Ciências da Cognição e da Educação, além de outras manifestações artísticas como as Artes Plásticas, o Cinema e novas Linguagens Midiáticas. O

evento contou com a participação 17 convidados especialistas no tema de diferentes países (EUA, Alemanha, Argentina, Chile, Brasil). Participaram ainda mais 180 expositores que vieram de diferentes cidades do Brasil e do exterior, além de um número significativo de ouvintes. A abordagem interdisciplinar permitiu aos participantes do simpósio conhecer especialistas de várias áreas, que normalmente não estariam presentes em um evento onde a literatura fosse privilegiada. Essa perspectiva vem ao encontro da tendência dos estudos literários no Brasil, fortalecendo uma reflexão comparatista. O Simpósio recebeu apoio da FFLCH, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da USP, da CCInt da USP, da FAPESP, da CAPES e da DAAD para sua realização.

20 ANOS DO NEMGE-1985/2005

MULHERES E HOMENS NA POLÍTICA

VELHOS E NOVOS DESAFIOS

Em comemoração aos seus 20 anos de atividades, o NEMGE realizou, no dia 29 de agosto, a mesa redonda "Mulheres e homens na política: velhos e novos desafios".

As expositoras foram Lucia Mercedes Avelar, Cientista Política e Professora Titular da Universidade de Brasília; Luiza Erundina de Souza, deputada federal, ex-Prefeita

de S.Paulo (1989/1992), e Assistente Social; e Fátima Pacheco Jordão, Socióloga, Diretora de Pesquisa da TV Cultura de São Paulo e Diretora Colegiada do Instituto Patrícia Galvão de Comunicação e Mídia. Eva Alterman Blay, Professora Titular de Sociologia da USP, ex-Senadora (1992-1994 e janeiro de 1995), Presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina do Governo do Estado de São Paulo (1983), e Coordenadora Científica do NEMGE, foi a apresentadora e debatedora da mesa. Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo, Professora do Curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP/Campus de Marília, Presidente do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania de Marília, e Conselheira do NEMGE, foi a coordenadora da mesa.

Lúcia Avelar ressaltou que, para se fazer uma análise da conjuntura política atual e das possibilidades de maior abertura para as mulheres, há que se considerar como nosso Estado foi institucional e historicamente construído, tendo como base o clientelismo e a corrupção; nossa constituição política se organizou de forma patriarcal e escravocrata. A cultura política e social do país está baseada nessas concepções, nossa sociedade é uma das mais autoritárias. As estruturas de poder histórico vão se realimentando e se reorganizando de forma a sempre deterem o poder. Ressaltou a importância do papel político dos movimentos sociais, dentre eles o de mulheres, no processo de redemocratização do país. Estes foram fortes nos anos de 1970 e 1980; nos anos de 1990, houve uma fragilização do ímpeto de mobilização. Além disso, nas últimas décadas, o mundo do trabalho se modificou, com o capitalismo informacional houve uma desmobilização generalizada no mundo todo. Afirmou ainda que estamos vivendo com uma nova geração do feminismo que deve refletir sobre o poder do Estado, sobre como recriar o movimento para eleger



mulheres feministas e aumentar nossa representação política, que ainda é muito pequena.

A Deputada Luiza Erundina lembrou que o NEMGE nasceu no período de redemocratização do país, e que sua história faz parte desse processo. Afirmou também que, apesar desse ideal de democracia, o povo ainda está à margem da política e dos direitos sociais; há uma composição de classe social no acesso ao poder de forma que sejamos sub-representadas em todos os níveis da política nacional. Além do recorte de classe há também o recorte de gênero e de raça. Nos partidos políticos, independentemente da ideologia, a prática

partidária e a distribuição do poder em nada divergem. A democracia representativa, o Estado moderno está em crise. A Constituição Federal de 1988 está completamente remendada com o objetivo de eliminar conquistas. Seria preciso uma outra Constituinte para repensar a Constituição Federal de 1988. Finalizando, afirmou que os desafios hoje são os mesmos nesses 20 anos.

Fátima Pacheco Jordão reafirmou que os velhos desafios tornaram-se os novos desafios. As grandes mídias estão fragilizadas; na crise, não se consegue distinguir o vínculo de apoio de uma rede e segmentos da sociedade; há um desequilíbrio das fontes de informação. Acredita que nas próximas eleições serão vivenciadas situações novas nas quais as candidaturas terão muito mais dificuldades; contudo, para as mulheres, há um panorama positivo, pois têm mais credibilidade por parte do eleitorado. Finaliza sua exposição lendo um manifesto pelo direito ao aborto, ainda um grande desafio.

As argumentações das expositoras fizeram com que o debate acerca do papel de homens e mulheres na política avançasse no sentido de democratizar o acesso à política partidária, uma das instâncias importantes para a concretização da democracia na sociedade brasileira.

HOMENAGEM

TÍTULO DE HONORIS CAUSA A ANTONIO CANDIDO

O Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Antonio Candido de Mello e Sousa, recebeu no dia 24.08.2005 o título de Honoris Causa da Universida-

de Estadual Paulista Júlio de Mesquita - UNESP. A solenidade aconteceu no auditório da Biblioteca Municipal Mário de Andrade e contou com a presença do Reitor da UNESP, Prof. Dr. Marcos Macari.

SAUDAÇÃO “HONORIS CAUSA”

PROF. DR. ELIAS JOSÉ SIMON

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRONÔMICAS DE BOTUCATU– UNESP

Estimado Prof. Antonio Candido; Magnífico Reitor da Universidade Estadual Paulista, Professor Marcos Macari; senhores Pró-Reitores; senhores Membros do Conselho Universitário; senhores convidados; caros colegas, alunos, servidores; senhoras e senhores.

Em nome do Conselho Universitário, sinto-me muito honrado e feliz em poder saudar o Prof. Antonio Candido nesta cerimônia em que a UNESP lhe outorga o título de “Doutor *Honoris Causa*”, por indicação da Faculdade de Ciências Agronômicas de Botucatu.

Gostaria de começar explicando o sentido desta homenagem - que pode parecer extravagante aos olhos daqueles que não imaginam a contribuição que tanto a Sociologia quanto a Crítica Literária podem trazer para áreas aparentemente tão distantes delas próprias. Esta é uma homenagem feita a um homem que se destaca pelo trabalho de toda uma vida em campos muito diferentes dos nossos, mas que não deixou de nos inspirar e soube nos estimular intelectualmente para compreendermos o problema agrário brasileiro sem as limitações da tecnocracia e dos interesses do negócio.

Estamos saudando, em primeiro lugar, o autor de um livro que, mais do que um clássico da sociologia rural ou dos estudos de comunidade, se tornou um clássico do pensamento social brasileiro. Estou falando de **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e seus meios de sobrevivência**, apresentado em 1954 como Tese de Doutorado na Universidade de São Paulo, mas só publicado em 1964. Este estudo nos diz respeito direta e indiretamente, pois a nossa região forneceu-lhe a matéria-prima humana e social. A pesquisa de campo foi realizada sobretudo na Fazenda Nova Aliança, no município de Bofete (antes Rio Bonito), mas a coleta de material, feita entre 1947 e 1954, também abrangeu outros municípios da região, inclusive Botucatu. Embora assim circunscrito, o estudo da sobrevivência dos modos de vida da família caipira tem alcance maior, para muitas outras regiões do interior de São Paulo e do Brasil.

Mais do que escrever um trabalho sociológico sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida, Antonio Candido esboçou uma reconstrução da vida caipira desde o século XVIII, em que valorizava os elementos básicos da sociabilidade de um grupo tradicio-

nalmente marginalizado, ao mesmo tempo que descrevia a expansão agressiva da economia capitalista alterando os recursos da economia de subsistência.

Não gostaria de fazer aqui uma exposição técnica sobre a contribuição notável desse livro para as áreas da economia agrícola e da sociologia rural, para os estudos de comunidades e também para os trabalhos sobre reforma agrária, que nessa obra encontraram subsídios para o desenvolvimento de teses inovadoras no plano sócio-econômico. Quero antes ressaltar os elementos de humanidade dessa reconstrução da vida caipira. Nosso homenageado formulou aí, pela primeira vez, por exemplo o papel do bairro como estrutura fundamental de uma sociabilidade dispersa na vizinhança, mas menos isolada do que antes se pensava. Assim como, noutras passagens, fala com impressiva beleza da capacidade que o caipira tem de desenvolver formas coletivas de sociabilidade que compensam as deficiências da pobreza e ajudam a estabilizar, com os recursos tradicionais, o seu modo de vida. E aborda as muitas maneiras que a economia e a cultura caipiras possuem para preservar precariamente seu próprio equilíbrio e reagir à expansão progressiva da economia de mercado. A parceria, uma relação de trabalho sobre a qual o estudo mais se detém, é uma solução estabilizadora desse tipo, mas que camufla o processo real de empobrecimento do trabalhador do campo e adia o seu êxodo para a cidade. Como homem de literatura que é, o sociólogo Antonio Candido sabe descrever as inúmeras implicações sociais e culturais que a mudança estrutural produz na população do interior de São Paulo.

Vê-se que o autor deste estudo pioneiro está interessado em discutir a atualidade do problema rural brasileiro. É o que fica patente, de forma magistral, na conclusão da obra, onde estão resumidos, sem nostalgia e com objetividade, os impasses da sobrevivência desse modo de vida tradicional. Ele diz: “não se trata evidentemente de permitir ao caipira recriar as condições de relativo equilíbrio da sua vida pregressa, isto é, ajudá-lo a voltar ao passado. Trata-se de não favorecer a destruição irremediável das suas instituições básicas, sem lhe dar a possibilidade de ajustar-se a outras. O caipira é condenado à urbanização, e todo esforço de uma política rural

baseada cientificamente (isto é, atenta aos estudos e pesquisas da Geografia, da Economia Rural, da Agronomia e da Sociologia), deve ser justamente no sentido de urbanizá-lo, o que, note-se bem, é diferente de trazê-lo para a cidade.”

Tal conclusão deseja uma solução para o problema do homem do campo que não seja a sua transformação em mão-de-obra barata, e que o preserve - na sua humanidade - da violência do processo modernizador.

Além de ser o autor de **Os parceiros do Rio Bonito**, Antonio Candido é para todos nós um professor notável, um **scholar** sem pose, um intelectual trabalhador e um militante político sem dogmas. Uma homenagem como esta não poderia deixar esquecido que, como professor, ele é daqueles que marcam a transmissão do saber na Universidade, por seu empenho em democratizar e socializar a cultura, possibilitando que os mais radicais experimentos de ponta da Ciência Social, das Artes e da Literatura encontrem o terreno vivo do debate.

É importante lembrar que, a partir de 1958, o Prof. Antonio Candido optou por trabalhar com literatura e, no período de 1958 a 1961, foi professor de Literatura Brasileira e um dos colaboradores decisivos para a implantação do Curso de Letras na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, São Paulo, hoje integrante da Universidade Estadual Paulista. Peço desculpas ao nosso homenageado e aos estudiosos de Letras aqui presentes por não saber falar sobre os aspectos da sua obra de historiador e crítico literário, que são o cerne de suas atividades - e, como eu tenho notícia, o supra-sumo de sua criatividade.

Na área que nos diz respeito, esta é a ocasião de ressaltar com que responsabilidade intelectual Antonio Candido meditou sobre os destinos do homem do campo. Ele foi sempre um crítico da modernização feita por cima, levada adiante pelos conservadores que, no Brasil, como sabemos, são quase todos, e são muitos que nós nunca esperaríamos que o fossem. Talvez por isso o nosso homenageado tenha encarnado a disposição de luta para completar o processo da democracia brasileira que, até os dias de hoje, ficou muito aquém das nossas expectativas em matéria de cidadania, educação e justiça social. Antonio Candido tomou esse trabalho como tarefa de vida e até agora, aos 87 anos, para nossa felicidade, nunca abandonou sua tarefa, nem tergiversou os obstáculos novos que a cada passo se interpuseram na história dessa luta para diminuir as gritantes diferenças sociais.

Nos seus livros, sobretudo naquele com o qual temos maior familiaridade, e nos seus muitos escritos políticos, ele sempre aponta que o problema agrário é o

tendão de Aquiles da democracia brasileira, e que a falta de uma política distributiva da terra vem sendo protelada desde os tempos da escravidão.

Na figura de Antonio Candido, a inteligência despertada é uma aliada do militante socialista que, desde os tempos do Estado Novo, escolheu a via democrática para a atuação da esquerda. Foi este militante, avesso às formas de sectarismo, que nos ensinou a não privilegiar em abstrato os interesses nacionais na luta política, mas a identificar nessa luta os ganhadores e os perdedores, os beneficiados e os prejudicados, sem nos deixarmos alquebrar na hora de fazer a contabilidade tantas vezes triste da pequenez dos resultados. Lembro aqui que foi o militante do socialismo democrático que, com seus companheiros da pequena União Democrática Socialista, lançou em 1945 um Manifesto que trazia inscrita esta frase sobre o homem do campo: “os trabalhadores da terra são a grande voz muda da história brasileira”. Por isso, nós apreciamos a coerência de Antonio Candido em reconhecer que o MST é, nas suas próprias palavras, um “movimento historicamente decisivo” que rompeu com esta mudez e deu voz ao homem do campo. Foi esse militante socialista que na Esquerda Democrática e, em seguida, no Partido Socialista Brasileiro e, anos mais tarde, no Partido dos Trabalhadores, teve força de vontade para, por mais de meio século, manter sua posição, convencido de que ela é correta, mesmo quando não traga ganhos políticos imediatos.

Como tantos de nós, ao lermos seus livros, ensaios, artigos e entrevistas, ao acompanharmos suas conferências e palestras - como tantos de nós já reconhecemos em algum momento, Antonio Candido soube casar, numa personalidade tão multifacetada, a inquietação do intelectual, do professor e do cientista social, com o empenho em apresentar soluções efetivas do militante político, de modo que as idéias mais esclarecidas não se percam no areal da iniquidade que sufoca a vida brasileira, mesmo nos períodos em que ela passa por grandes transformações.

Tendo em vista não só a relevância específica de **Os parceiros do Rio Bonito**, como toda a obra desse intelectual completo que é o Prof. Antonio Candido, o mínimo que uma universidade pública poderia fazer é homenageá-lo com o título de “Doutor Honoris Causa”, que vem honrar e enobrecer a Faculdade de Ciências Agrônomicas de Botucatu e a nossa Universidade no reconhecimento de personagens que fizeram e fazem a nossa história.

Para encerrar esta saudação modesta, na hora de nosso preito a um mestre do saber e da ética, declaro com emoção que estamos homenageando, na figura de

Antonio Candido, um ideal de multidisciplinaridade, de correção, de radicalidade, de ambição e conseqüências, que deveria ser o padrão praticado no nosso dia - a - dia de professores, pesquisadores e especialistas. Esta me-

recida homenagem resgata esse ideal de excelência como um objetivo a ser perseguido na nossa vida universitária.

Muito obrigado

PROF. DR. ANTONIO CANDIDO DE MELLO E SOUSA

Magnífico Reitor, Excelentíssimas Autoridades Universitárias, Ilustres Colegas, Senhoras e Senhores:

Com muita honra e não menor satisfação recebo o alto galardão que é o título de Doutor Honorário da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, outorgado por iniciativa de uma das suas mais importantes unidades, a Faculdade de Ciências Agrônômicas de Botucatu.

Parece estranho que um professor de Literatura seja distinguido desta maneira por um instituto desta natureza. Mas acontece que comecei a minha carreira bastante heterodoxa como assistente de Sociologia, participando do ensino desta matéria na Universidade de São Paulo durante dezesseis anos na qualidade de assistente do insigne Fernando de Azevedo, enquanto praticava simultaneamente a crítica literária, à qual acabei por me dedicar com exclusividade, começando como professor da atual Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Instituto da Universidade Estadual Paulista, de 1958 a 1961. Como

docente de Sociologia, realizei pesquisas no mundo rural paulista durante muitos anos, concentrando-me, afinal, na região de Bofete, perto de Botucatu. Disso resultou minha tese de doutorado, defendida em 1954 e publicada em 1964 com o título de Os parceiros do Rio Bonito, na qual estudei os meios de vida, os trabalhos e os dias numa comunidade. Creio que por isso os estudiosos do mundo rural vieram a interessar-se pelo meu trabalho e a me considerarem digno desta alta honraria.

Devo confessar que ela me é grata, além do mais, porque me transporta, quase nonagenário, aos tempos da mocidade, quando subi mais de uma vez a majestosa cuesta de Botucatu a cavalo, inclusive debaixo de chuva, e pude conviver com parceiros rurais, amostras do brasileiro pobre do campo, sempre marginalizado, sempre espoliado, sempre à espera de uma solidariedade fraterna que os seus patrícios não lhe dispensam como deveriam.

À Faculdade de Ciências Agrárias de Botucatu o meu mais profundo agradecimento, que estendo com particular afeto ao Professor Elias Simon.

CONGREGAÇÃO

COMUNICADO DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP reunida, nesta data, em sessão extraordinária, reitera os termos do manifesto aprovado em 15.09.2005, e vem responder publica e pontualmente ao e-mail, que lhe foi encaminhado em 22.09.2005, pela Diretoria do SINTUSP:

“O SINTUSP repudia toda e qualquer atitude de violência e tem uma história de defesa de todos os trabalhadores deste país. Nos espantamos com o Manifesto desta Faculdade, mencionando “agressividade da liderança do SINTUSP”, bem como atentado “contra as liberdades democráticas e construção de um cidadão moral”, e men-

cionarem serem contrários a violência. Antes tarde do que nunca, pois em outros momentos esta Congregação se calou e nenhum Manifesto distribuiu a comunidade da USP. Violentos também são os poderosos que usufruem do seu poderio, do seu papel nesta universidade para:

1) Cadê o Manifesto dessa Congregação, quando funcionário ligado a segurança da faculdade manteve estudantes presos numa sala, tentando extorquir dinheiro dos mesmos sob ameaças?”

Resposta:

Em 19 de abril de 2004, a Diretoria desta Faculdade to-

mou conhecimento, via e-mail, das notícias de irregularidades envolvendo funcionários e alunos durante a realização da "I Feira Internacional do Livro". Na mesma data, solicitou à Consultoria Jurídica da Universidade de São Paulo, por meio do ofício ADM/020/FFLCH, a instauração de sindicância para apuração dos fatos. A primeira fase do processo de sindicância já foi concluída e os procedimentos administrativos, jurídicos e formais estão em andamento.

2) Cadê o Manifesto dessa Congregação contra a violência, quando uma Empresa Terceirizada, acobertada pela Administração dessa Faculdade, "escravizou" 45 trabalhadores(as), os quais trabalharam 90 dias sem receberem salários, vale transporte, vale refeição e sem recolhimento de FGTS e INSS. Alguns destes trabalhadores já estavam sendo acionados, pela justiça burguesa, por não estarem pagando pensão alimentícia, bem como, sob a ameaça do Conselho Tutelar da Infância e Adolescência, devido suas crianças estarem passando fome, com os pais trabalhando. Somente receberam parcialmente os seus direitos quando este sindicato e os trabalhadores "ocuparam" a sala do Sr. Sedi Hirano, e a reitoria foi obrigada a pagar aquilo que era obrigação do empresário picareta acobertado pela administração da faculdade. Será que isto não é violência e desprezar inteiramente a construção de um cidadão moral, inclusive deixando claro, um outro tipo de escravidão? Senhores acordem. Violência foi permitir que trabalhadores ficassem 90 dias sem receber os seus direitos trabalhistas, num verdadeiro estado de miséria, e considerar esse fato absolutamente normal, sem considerar desumanas as condições a que essas pessoas foram submetidas, e ainda a administração da faculdade posa de defensora de direitos humanos e fala em cidadania moral. Cidadania moral para quem???? Para as elites desta universidade!!!!?????????

Resposta:

Em 16.03.2001, a Diretoria anterior da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP firmou contrato de prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação predial com a empresa Kuttner Serviços Terceirizados S/C Ltda, a qual foi declarada vencedora do certame licitatório, ocorrido por meio de concorrência nacional nº 01/2000. Nesse processo licitatório, a referida empresa apresentou toda a documentação legal exigida e o menor preço. Durante os anos de 2001, 2002 e 2003, a referida empresa cumpriu o contrato firmado. No mês de abril de 2004, os funcionários da empresa

limpadora Kuttner denunciaram diretamente ao Senhor Diretor, Prof. Dr. Sedi Hirano, que sempre os atendeu sem nenhuma formalidade, o atraso do pagamento do salário do mês de março. Sendo assim, a Diretoria encaminhou, em 13.04.2004, ofício ADM019/2004, à Diretora Operacional, Sra. Rosana Kuttner, solicitando o imediato pagamento do salário com seus respectivos comprovantes. A partir desta data, várias notificações foram enviadas à Diretoria da Empresa Kuttner pela Diretoria da Faculdade, apontando várias irregularidades no cumprimento de cláusulas contratuais. (OF/ADM/020/04 – 26-04-04; ADM/026/04 – 10-05-04; ADM/031/04 – 15-06-04; OF.SC 081/04 – 10-08-04; OF.SC 082/04 – 11-08-04; ADM/034/04 – 18-08-04). Aliás, esta Faculdade foi a única das Unidades servidas por esta empresa que tomou essa iniciativa. Portanto, esta Faculdade não se omitiu frente ao problema, ao contrário, tomou providências imediatas. A alegação de que funcionários terceirizados não receberam apoio por parte desta Faculdade não procede, pois, a partir da decretação da falência, foram tomadas as devidas providências jurídico-administrativas antes da intervenção do Sintusp: a) retenção da última prestação dos serviços, fato este de conhecimento da Srª Neli que acompanhou o processo; b) publicação da rescisão de contrato da prestação de serviço em 19-08-2004. Por outro lado, o pagamento dos funcionários foi feito em duas etapas. A primeira parte, acompanhada pela referida representante do Sindicato, ocorreu no Prédio da Administração da Faculdade; e a segunda parte, no Sindicato da categoria com a devida baixa nas Carteiras de Trabalho. (A esse respeito, vale a pena ressaltar a nota do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação e Limpeza Urbana de São Paulo - SIEMACO sobre a boa atuação da Faculdade e da Reitoria na resolução do problema). Paralelamente às providências jurídico-formais, os funcionários, professores e alunos desta Faculdade arrecadaram, por meio de lista, fundos para suprir algumas necessidades básicas dos funcionários terceirizados. Além disso, a Diretoria da Faculdade solicitou à Coseas o fornecimento de alimentação (café da manhã e almoço) nesse período para os funcionários terceirizados que trabalhavam nesta Faculdade, no que foi atendida. Na realidade, todas as medidas foram tomadas pela Direção desta Faculdade, independentemente de qualquer ação do Sintusp. Esclarecemos ainda que não houve "ocupação da sala do Diretor". Todos os funcionários terceirizados e a representante do Sintusp foram atendidos na Sala da Congregação com a presença do Diretor da Faculdade, os Assistentes, Funcionários

do Departamento Financeiro e de Recursos Humanos da Reitoria. Todos os fatos aqui relatados estão devidamente documentados.

3) Milhares de jovens todos os anos se preparam, gastando dinheiro com taxas, se inscrevendo na FUVEST e em todos os vestibulares deste país, para terem a oportunidade à uma vaga na universidade pública, gratuita e de qualidade. Circula na universidade que a filha do diretor desta faculdade adentrou a USP sem vestibular, através de subterfúgios que somente "alguns filhos" conseguem. Será que isto não é violência?

Resposta:

Em relação ao alegado que "Circula na universidade que a filha do diretor desta faculdade adentrou a USP sem vestibular, através de subterfúgios que somente "alguns filhos", conseguem", temos a esclarecer que é notícia infundada, pois a aluna ingressou na USP, no curso de Ciências Sociais, por meio do vestibular da FUVEST, em 1988. A referida aluna cursou quatro semestres na USP e, paralelamente, ingressou no Curso de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. No dia 06 de janeiro de 2004, dentro do calendário escolar de 2004, dos cursos de graduação da USP, amplamente divulgado no calendário da Pró-Reitoria de Graduação da USP, e tendo em vista que havia vagas disponíveis, a referida aluna dirigiu-se à Seção de Alunos de Filosofia e Ciências Sociais, requerendo inscrição na condição de ex-aluna do curso de Ciências Sociais e graduada de nível superior na FGV-SP, nos termos da Resolução CoG, nº 3823, de 17.05.1991 que diz: "Artigo 1º - Poderá ser concedida matrícula, nos cursos de graduação da USP a portadores de diplomas de curso superior devidamente registrado, observados os dispositivos desta Resolução." No dia 26 de fevereiro de 2004, o pedido foi encaminhado pelo Serviço de Alunos de Graduação, para análise, à Comissão de Ensino do Curso de Ciências Sociais que, reunida em 17.03.2004, examinou a documentação e deferiu o pedido de matrícula. No dia 18.03.2004, a Seção de Alunos de Filosofia e Ciências Sociais encaminhou o processo para a Comissão de Graduação que em 29.03.2004, aprovou a solicitação. Cabe salientar que, nesse mesmo ano de 2004, sete alunos retornaram ao bacharelado, quinze alunos à licenciatura, nove alunos obtiveram a transferência interna/USP, 17 alunos obtiveram a transferência externa para o Curso de Ciências Sociais, e quatro alunos que não haviam confirmado suas

matrículas, quando da aprovação por meio do vestibular da FUVEST, recuperaram suas vagas nesse mesmo curso. Portanto, o processo da referida aluna transcorreu dentro das normas legais estabelecidas pela Pró-Reitoria de Graduação, Comissão de Ensino do Curso de Ciências Sociais e Comissão de Graduação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

4) Mandar consertar um ônibus, após passado alguns anos da sua aquisição e pagar R\$60.000,00 pelo conserto do mesmo, será que também não é uma violência com o patrimônio público e o dinheiro público?

Resposta:

O ônibus placa BVZ 9064, ano 1989, com quilometragem 403.150 rodados, encontra-se desde 03.08.2004 na oficina mecânica da Prefeitura do Campus para reforma. Não há estimativa de custo para os reparos necessários. Informamos ainda que, no período de março de 2002 a dezembro de 2003, foram gastos com manutenção e conservação (freios, instalação de cinto de segurança, tacógrafo, trincos dos maleiros, compressor de ar, correias do motor, pneus, protetor, câmara, parte elétrica, troca de óleo, molas, alternador, cruzeta com cardã) o valor total de R\$ 12.390,70. Com relação ao ônibus placa CMW 2964, ano 2004, com quilometragem 64.000 rodados, informamos que a despesa máxima de conservação e manutenção foi de R\$ 2.770,72.

5) Não pagar horas extras aos funcionários das Bibliotecas, quando não existe Banco de Horas nesta universidade, obrigando-os a trabalharem sem receberem horas extras. Senhores, ainda bem que estão atentos aos atos de violência contra essa faculdade, pois assim teremos oportunidades de que Vossas Senhorias atentem para os atos de violência aí praticados Saudações Sindicais".

Resposta:

Esclarecemos que, desde a criação do Serviço de Biblioteca e Documentação em 1987, a Biblioteca da Faculdade mantém plantões de quatro horas, aos sábados, observando o compromisso assumido de prestação de serviços à comunidade interna e externa à Universidade. Os plantões são organizados em sistema de rodízio, para o qual está prevista a participação de cinco funcionários a cada sábado, durante o período letivo. Este sistema resulta na escalação de cada funcionário duas ou três vezes por semestre, havendo a compensação posterior acordada entre os funcionários. Seguin-

do orientações estabelecidas na legislação trabalhista em vigor, estamos em negociação com os funcionários, intermediada pelo DRH da Reitoria, para que a compensação seja regularizada, com adoção de folgas correspondentes ao número efetivos de horas trabalhadas.

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas aguarda a manifestação formal da Diretoria deste sindicato.

São Paulo, 27 de setembro de 2005.

ENTREVISTA

PROFESSOR DAVI ARRIGUCCI JR.

POR ALINE VICENTE MIGUEL



1) Produção como escritor

AVM: Primeiramente, gostaria de saber quando e como o senhor se descobriu como crítico literário. A partir de que influências? Como surgiu o interesse em analisar, interpretar, criticar e fazer ensaios sobre obras de grandes autores?

DAJ: O meu interesse pela literatura vem da adolescência. Havia uma biblioteca bastante razoável na minha casa. Minha mãe era e é uma grande leitora e meu pai lia bastante também. E havia muito livro ali. Comecei lendo quando adolescente e me interessei logo pelas literaturas brasileira e portuguesa, mas também pela literatura francesa. E depois, ainda, pelas literaturas de língua inglesa e pela literatura alemã, além do *Dom Quixote* e de alguns outros espanhóis. Mas a literatura francesa foi, das literaturas européias, a que eu mais estudei nos momentos iniciais.

Havia, na minha cidade, São João da Boa Vista, um intelectual, o Dr. Joaquim José de Oliveira Neto, que tinha uma grande biblioteca de livros franceses, uma biblioteca extraordinária, que foi muito importante para muita gente da região. Ele era médico e havia passado um tempo na Europa, de onde trouxe grande quantidade de livros, em edições finas. Até o Antonio Candido se serviu dessa biblioteca; ele era muito amigo do doutor Joaquim e tinha sido aluno dele, no ginásio de S. João, muito tempo antes. Alguns anos atrás, pouco tempo antes de sua morte, dediquei ao Dr. Joaquim um ensaio que escrevi sobre o Antonio Candido, lembrando um pouco esse vínculo nosso, o afeto que nasceu de certa forma em torno dos livros e daquela biblioteca, repleta de obras francesas. Dr. Joaquim, que era muito generoso, me emprestava seus livros, por vezes preciosidades. Foi

muito bom esse período. Lembro-me ainda com encanto quando levei para casa *La recherche du temps perdu*, naqueles voluminhos da Gallimard, que permaneceram comigo metade de um ano.

Bom, aí eu fui para a Faculdade, porque desejava ser escritor e o curso de Letras me parecia o mais próximo de minha vocação. Eu tinha escrito alguns contos, mas tinha estudado, também, muito latim, filologia, língua portuguesa. E fui para a Faculdade para desenvolver o que tinha começado em S. João, pensando em ser professor de línguas, uma vez que era impossível se pensar em ganhar a vida como escritor. Então vim para São Paulo para estudar na famosa Faculdade de Filosofia da Rua Maria Antonia, onde estudei Letras Neolatinas, de 1961 a 1964, e ingressei na carreira universitária, logo depois de formado.

Eu já tinha feito alguns pequenos trabalhos de crítica literária no colegial, por exemplo, um sobre Machado de Assis, mas eram trabalhos escolares. Já lia muita crítica literária naquele tempo. Durante o ginásio, meu professor de Português era o Francisco Paschoal, um professor notável, que era um grande leitor também. E ele dava ensaios de História e de crítica literária para a gente ler. Eu tinha lido Ronald Carvalho, Sílvio Romero, José Veríssimo e a crítica brasileira: Mário de Andrade, Álvaro Lins, Tristão de Ataíde, Otto Maria Carpeaux, Antonio Candido.

Enfim, fui formando uma experiência de leitor, primeiro; depois, de estudioso de línguas e, em seguida, vim para cá, e me dediquei por completo à teoria e à crítica literárias. Na Faculdade, percebi que tinha vocação para escrever ensaios de crítica. Fui, progressivamente, mergulhando nesse trabalho. E fui me distanciando, cada vez mais, do simples estudo das línguas para me concentrar na literatura propriamente dita. E deixei entre parênteses a ficção. Depois, quando comecei a lecionar na FFCLUSP, me dediquei a estudar as literaturas de língua espanhola, sobretudo as literaturas hispano-americanas, porque eu

não conhecia quase nada disso. O meu professor de Espanhol, Julio García Morejón, me convidou para trabalhar com ele. Eu era estudante, muito jovem, tinha me concentrado sobretudo na Literatura Brasileira, mas me pareceu estimulante me dedicar ao que ainda não sabia, pensando em me aproximar também dos problemas comuns entre nossas literaturas latino-americanas, pois logo de início me dei conta do quanto havia por fazer nessa área. E foi assim que dei minha palavra a ele e passei a reservar o tempo principal dos meus estudos às literaturas de língua espanhola. Já no final do curso, comecei a dar aulas de Espanhol, pois tive excelentes professores durante a graduação e aprendi rapidamente, tornando-se o Espanhol minha segunda língua, embora tivesse mantido sempre o hábito da leitura em Francês e tivesse iniciado também, durante o curso, o estudo do Italiano e da Literatura Italiana, que sempre me fascinou.

Na área de Espanhol, tive um professor muito bom, que se tornou meu amigo: o Ricardo Navas Ruiz, recém-chegado da Espanha, onde se doutorara em Salamanca, mas com o projeto de se dedicar à Literatura Hispano-americana. Acompanhei um pouco a trajetória dele, entre nós, assistindo a seus cursos e traduzindo os artigos que ele escrevia para a seção de Letras Hispânicas do suplemento literário do *Estadão*. Naquele tempo, o suplemento literário era dirigido pelo Décio de Almeida Prado. Quando Navas foi embora - eu não tinha concluído ainda o curso -, ele me deixou no lugar dele. Levou-me até o jornal e me apresentou ao Décio Almeida Prado, que me aceitou de imediato. E assim comecei, com 21 anos, a escrever no *Estadão*, sobre as Letras Hispano-americanas.

Ainda durante o curso, resolvi fazer uma tese de doutorado sobre Jorge Luís Borges, cujos livros, na edição da Emecé, Navas me emprestara. Foi, para mim, uma revelação, e me embrenhei na obra de Borges e no contexto literário em torno dele. Escrever esses artigos no jornal sobre uma literatura que eu descobria a cada dia foi para mim um desafio. A certa altura, me caiu nas mãos o *Bestiário*, o primeiro livro de contos de Julio Cortázar. E aí, senti o impacto da obra e escrevi um artigo sobre um conto daquele livro, "Casa Tomada", no jornal, sob o título de *Estranhas Presenças*. Sem saber, eu começava por onde Cortázar também havia começado. Esse texto foi, para mim, uma espécie de iniciação no universo ficcional de Cortázar. Hoje ele está publicado em um dos meus livros de ensaios, *Achados e Perdidos*, lançado em 1979. Foi assim que fui entrando pela obra de Cortázar, ao mesmo tempo que acompanhava a grande afinidade que ele tinha com o universo do Borges, cujos enigmas e pro-

blemas estudo até hoje. Naquele momento, havia na obra de Cortázar um apelo direto a questões da Literatura Contemporânea sobre as quais me debruçava. Essa atração levou-me a escrever uma tese sobre as questões que a obra daquele escritor parecia tão bem encarnar, mas sem perder de vista a relação com Borges. Desviei a tese das sendas do labirinto borgiano e, embora boa parte do livro se voltasse para a relação entre Cortázar e Borges, me fixei em Cortázar. Essa tese, defendida em 1972, deu origem ao meu livro *O escorpião encalacrado*, publicado no ano seguinte. Levei seis ou sete anos desenvolvendo esse trabalho, porque como eu conhecia pouco do contexto literário hispano-americano, lancei-me a estudá-lo e passei anos lendo quase que só escritores hispano-americanos e sua crítica, embora jamais tenha abandonado de todo a Literatura Brasileira. E acabei me formando como um crítico voltado para a Literatura Hispano-americana e Brasileira.

AVM: E sobre a sua carreira de escritor? Como foi essa mudança de foco, passar de crítico literário para ficcionista?

DAJ: Eu comecei escrevendo contos na minha adolescência. Mas achava que eles ainda não estavam no ponto, que eu sabia pouca coisa e não ia progredir daquele modo. Então, resolvi deixar isso um pouco de lado até aprender mais coisas, estudar mais e sobretudo viver mais. Há o ofício do escritor que é preciso aprender, e só se aprende lendo e refletindo sobre a leitura. No caso da poesia, há uma espontaneidade maior a que dar vazão; o poeta lírico em geral sai direto escrevendo poemas, embora também haja um aprendizado grande das técnicas do verso que pode levar anos. Aprender os ossos do ofício é sempre fundamental. É o que Manuel Bandeira, por exemplo, conta no *Itinerário de Passárgada*. Esse grande livro, que ele publicou no início da década de 50, conta a trajetória dele enquanto aprendiz de poeta, desde a descoberta das primeiras emoções poéticas até a compreensão dos pequeninos nadas que podem decidir da presença ou não da poesia num verso.

Eu também tive que aprender o ofício de escritor, o domínio da técnica da narrativa, e aguardar o tempo de amadurecimento, porque o narrador depende de conhecimentos, de um saber feito de experiência, e depende, sobretudo, de uma coisa misteriosa que é a lenta sedimentação do vivido até se cristalizar numa forma literária. Você precisa viver, ter contato com outras pessoas, ouvir histórias de outros, ler muitas histórias, e como disse outro grande poeta, até esquecê-las, para um dia

conseguir dar forma às suas próprias histórias. Depois de tudo isso decantado, quando você já vai esquecendo um pouco aquilo que você absorveu dos outros, do mundo, dos livros, e de você mesmo, é aí que vem a vontade de escrever. Essa experiência depurada é a matéria prima do narrador. Eu levei anos fazendo isso, e anos como crítico literário.

Eu também tive uma longa carreira de professor, tive que ministrar e preparar aulas, formar gente, orientar alunos, fazer conferências, dar cursos aqui e no exterior. Então isso me tomou muito tempo. E eu fiquei um pouco no desvio do caminho como narrador, mas agora estou tentando voltar à reta via. Faz pouco tempo que resolvi voltar a escrever. Senti que eu estava envelhecendo, que a doença já estava começando a me rondar, comecei a sofrer perdas irremediáveis que nós temos ao longo da vida, e então disse para mim mesmo: "Ou eu escrevo agora ou eu não escrevo mais". Voltei, pois, ao início. E nessa volta, eu escrevi um conto, que foi publicado na revista *Ficções*. E esse conto até foi traduzido para o francês. O conto se chama *Viagem* e foi traduzido em *La Nouvelle Revue Française*, uma das revistas francesas que tanto agradavam ao Dr. Oliveira Neto, justamente com o título de *Le Voyage*. Talvez ele sirva para o começo de conversa na França, para onde eu devo ir em outubro. Traduziram esse conto e traduziram, também, um ensaio meu, *Arquitetura da Memória*, sobre o grande poeta modernista Murilo Mendes e sobre as relações da obra dele com as artes plásticas. Esse ensaio foi publicado em outra revista francesa que se chama *Pleine Marge*. É um ensaio muito comprido que tem um longo início dedicado a uma visão geral da obra de Murilo Mendes - ele faz parte de meu livro *O cacto e as Ruínas* - e depois ele vai se afunilando numa análise do poema *As Ruínas de Selinunte*, incluído no livro *Siciliana*, de Murilo. Um poeta francês atual, Michel Riaudel, fez um esforço notável e traduziu os treze poemas que compõem o livro *Siciliana*. Essa obra revela o impacto que sentiu Murilo diante da paisagem da ilha italiana. *As Ruínas de Selinunte* é um poema notável, que faz da Sicília uma espécie de palco da tragédia humana, um palco impregnado da História do Homem, um dos pontos de referência da História Antiga toda. Uma ilha impregnada por várias camadas de civilização ocidental, pela herança cultural de vários povos e de suas lutas. É um cenário impressionante da História Humana. Essas camadas estão superpostas, por assim dizer, na ilha, no modo de ser das pessoas, na memória dos indivíduos, na memória social, nos monumentos, nos templos, nas igrejas. O

poeta tomou aquele impacto diante da paisagem cultural da Sicília e escreveu esse livro. Quando andei por lá, fiquei também tomado e escrevi o ensaio. Esse poema que estudei é, na medida de minhas forças, o registro desse duplo impacto, do livro e da paisagem: parece que o destino do homem se joga a cada passo de novo na ilha. Murilo olha para a paisagem da Sicília e vê nela uma espécie de teatro do mundo, onde se dá o reencontro com a tragédia grega, com o paganismo, e, ao mesmo tempo, com o universo cristão, com o grande mito cristão de Cristo. Naquelas ruínas ele vê um resumo em profundidade do destino trágico do homem. E os versos finais do poema são:

"Nossa medida de humanos
- Medida desmesurada -
Em Selinunte se exprime:
Para a catástrofe, em busca
Da sobrevivência, nascemos."

Ele dá uma visão da medida do homem, condenado a reviver sua tragédia, que ali se mostra em meio às pedras das ruínas como memória de um percurso que se refaz a cada passo e se projeta no futuro, transformando a paisagem local num palco do destino humano.

AVM: Agora, falando sobre a novela *Rocambole*, sua produção mais recente. Quereria que o senhor me dissesse como esse livro está sendo recebido pela crítica e que me falasse também sobre a perspectiva da memória na obra. Em algum momento o senhor colocou as suas próprias memórias no livro?

DAJ: Desde o primeiro conto que eu escrevi, que foi *Viagem*, vi que não apenas aí, mas também nos meus ensaios, há sempre um vínculo muito forte com o tema da memória, tanto a memória individual quanto a memória social. Eu me interessei muito e não me dava conta o quanto profundo tinha sido esse movimento, por escritores em que a memória desempenhou um papel radicalmente importante. Por exemplo, o próprio Bandeira, para o qual a memória da infância é fundamental e a memória dos momentos de emoção, dos momentos de alubrimento, é decisiva. Em Borges, a quem eu tenho dedicado boa parte do meu esforço crítico, a memória tanto individual como social, é tematizada a cada passo. Na verdade, a memória é a faculdade central do narrador. E, do ponto de vista teórico, eu tenho procurado desenvolver uma teoria da imaginação como uma espécie de memória transformada. A memória está na raiz da inven-

ção e constitui, para mim, a matéria-prima da ficção. Então, desde o começo, eu me liguei a uma idéia, a uma espécie de devaneio, que é a “caminhola”, na qual os elementos da memória se transformam em um sonho novo, que é a ficção. Para mim, a noção de ficção está intimamente ligada à idéia da memória transformada. Portanto, desde que eu comecei a contar histórias como narrador, para além dos ensaios, eu pus em prática uma forma de memorialismo, eu me dispus a falar de coisas que são e não são o que eu vivi, ou o que eu sou, ou o que eu aprendi, porque estão potenciadas pelo moinho da imaginação. Desde o conto *Viagem até o Rocambole*, as histórias estão impregnadas por coisas de que me lembro, mas não são exatamente as coisas de que me lembro. São e não são. Porque aí entram coisas que eu li, coisas que os outros me contaram, coisas que eu imaginei pura e simplesmente a partir dos dados que eu tinha, ou pura “caminhola”. Então, vamos dizer que é de fato uma memória transformada. Isso, a meu ver, é a base da ficção. Certamente, no *Rocambole* há muito disso. Nessa novela há um personagem, que é uma espécie de alter ego meu. Ele aparece entre os outros personagens de meu tempo de mocidade, mas não sou eu tampouco, porque eu não poderia me meter, depois de um intervalo de tantos anos, entre aqueles amigos em parte também inventados, senão reiventando-me. Certamente, é a visão que eu tenho do que eu fui, e limitado ao seu ângulo de visão, que não é o que predomina na história. É memória muito transformada numa estrutura completamente outra.

Sobre esse meu livro já saíram, até agora, sete ou oito resenhas. Todas válidas, apanhando este ou aquele ângulo do texto, gostando disso, não gostando daquilo. Algumas bem penetrantes. A do Walter Costa, no *Estadão*, era um trabalho de maior fôlego, e muito elogiosa, levantando aspectos do tratamento do espaço de S. João, entre tantas coisas. Saiu outra do Anelito de Oliveira, no caderno *Pensar do Estado de Minas*, bastante elaborada, buscando captar aspectos mais difíceis da forma narrativa. E também do Audemaro Taranto Goulart no *Hoje em Dia*, prejudicada pelos cortes que efetuou o jornal. Saiu um artigo do Marcelo Coelho na *Entre Livros*, apontando alguma qualidade e fazendo restrições, algo paradoxais, aos excessos rocambolescos do *Rocambole*, numa operação de morde-e-assopra, não de todo sem simpatia. Assim como a do Bernardo Aizemberg, na *Bravo*, mas esta com várias incompreensões, infelizmente entendidas como defeitos do autor criticado. No conjunto, o reconhecimento crítico deste livro tem oscilado bastante, as opiniões não são conciliáveis, de modo que ele ainda

não tem uma fisionomia definida, do ponto de vista crítico. Como diria um de seus personagens do interior: é esperar para ver como é que fica.

Às vezes, você tem sorte de que saia uma coisa muito penetrante e abrangente de imediato: trabalho de grande crítico, mas isso é coisa das mais raras, porque, como o grande escritor, também é raro o grande crítico. *Ugolino e a Perdiz* teve melhor sorte, saíram alguns artigos bastante bons, como o do Bento Prado, entre outros. E sofri, também, algumas agressões, que nada têm a ver com crítica. Por exemplo, na revista *Veja*, um sujeito, *de cuyo nombre no quiero acordarme*, fez um ataque muito violento contra o livro *Rocambole*, totalmente gratuito, pois, do ponto de vista intelectual, o conteúdo era nulo. Era um artigo muito preconceituoso: preconceito contra a Universidade, contra a mudança de crítico à ficcionista, contra os mais velhos, como se as pessoas não mudassem na vida. Estava decerto querendo cavar espaço para si mesmo, atacando quem parece condená-lo à sombra. Carlos Drummond de Andrade dizia que a gente não deve responder a quem não tem categoria literária, pois seria o mesmo que pregar rabo em nambu. Vamos deixar o nambu em paz. Mas, de qualquer modo, é bom ver como as pessoas estão nos lendo, mesmo que mal, sobretudo para mim que sou um leitor voraz e constante de literatura. Dediquei a minha vida a isso. É instrutivo e engraçado observar como lêem outros leitores.

AVM: Em uma entrevista que o senhor deu para a *Folha de São Paulo*, em 08/03/1999, em ocasião do lançamento de *Outros Achados e Perdidos*, o senhor disse que no Brasil havia uma longa tradição da crítica literária que vinha do final do século XIX com José Veríssimo, Sílvio Romero e Araripe Júnior, passando pela contribuição modernista e pela crítica militante dos anos 40, até chegar à crítica universitária. E hoje, como o senhor vê a crítica literária brasileira? Há debate intelectual no Brasil?

DAJ: Não, é muito fraco. A crítica é muito rara e rala também. Porque o que nós temos hoje é o universo das resenhas, quase sempre produzidas por jornalistas, que não são críticos literários propriamente ditos. Eles informam sobre o aparecimento de um livro, deste ou daquele livro, e muitas vezes agem de acordo com grupos e interesses particulares. É claro que mesmo nesse meio, às vezes, quando o sujeito tem sensibilidade literária e capacidade crítica, os artigos são melhores, como no caso de Marcelo Coelho, que citei a propósito do meu livro. Mas, em geral, a crítica propriamente, como houve a crí-

tica de rodapé, está afastada do universo dos jornais, na atualidade. Um dos últimos remanescentes da crítica militante, Wilson Martins, já não tem decerto tempo suficiente para cobrir tudo o que sai a cada dia: a indústria editorial cresceu muito e ficou praticamente impossível responder às novas publicações, embora seja de se lamentar que não exista um veículo, como era até pouco o *Jornal de Resenhas*, da *Folha*, para dar outra consistência à resposta crítica. A falta de instrumentos como esse nos empobrece a todos, pois os livros novos caem numa espécie de vácuo ou limbo e tendem a morrer antes de terem nascido, quando não são completamente soterrados pela avalanche da literatura comercial, engrossada pela multiplicação infinita dos livros de auto-ajuda.

AVM: Por quê?

DAJ: Isso por muitas razões. Primeiramente, a crítica se refugiou nas Universidades a partir dos anos 40, mas se manteve nos suplementos culturais. De uns anos para cá, também isso está se rarefazendo. Hoje, por exemplo, nós não temos nenhum grande suplemento literário no Brasil, o que, embora talvez se deva ao ofuscamento da importância da literatura na vida cultural, continua ainda sendo lamentável. Mesmo nas revistas que são dedicadas ao assunto há quase que só resenhas superficiais, quando muito informativas, que não discutem, com conhecimento de causa, a qualidade das obras e apenas chamam a atenção do público para um livro que está saindo, e, muitas vezes, correspondem, para infelicidade nossa, tão só a *lobbies* comerciais. Esta mera anotação do movimento editorial não constitui propriamente crítica literária, que exige esforço intelectual na busca da compreensão e da avaliação das obras. Aqui ou ali sai ainda alguma coisa nesse sentido, mas é a exceção. Em geral, são professores universitários que lidam com literatura ou jornalistas dublês de críticos os que ainda conseguem formular uma resposta crítica ao livro novo. Não temos mais críticos militantes, a não ser algum remanescente, como o que citei há pouco. Mas em geral desapareceram: a figura do grande crítico é uma absoluta *avis rara*. Há decerto os críticos universitários, que são em geral, estudiosos de literatura, *scholars*, mais do que críticos literários propriamente, e às vezes, são muito bons ensaístas, mas que escrevem trabalhos de fôlego sobre livros que já possuem uma certa reputação. Contudo, o primeiro embate, que é fazer aquela separação entre o joio e o trigo, quer dizer, o crítico que faz o reconhecimento crítico, isso quase não existe mais. Estamos, portanto, sujeitos a esse balanço hesitante e

precário das resenhas rápidas, marcadas por afetos ou desafetos, muitas vezes controladas por *lobbies* editoriais e interesses comerciais e, poucas vezes, realmente empenhadas em descobrir a verdade dos livros.

II) Ano do Brasil na França

AVM: Primeiramente, eu gostaria de saber como o senhor foi convidado para participar do “Ano do Brasil na França”. Como e por que surgiu o convite?

DAJ: Creio que Michel Riaudel deve ter tido uma participação na minha indicação. Alguma vez, no passado, dei opinião sobre escritores que poderiam ser convidados. E recebi agora o convite de uma organização chamada *Belles Latinas*. Quem responde por isso é uma pessoa chamada Januario Espinosa, que deve ser alguém de língua hispânica. Eu sei que vão comigo, na mesma ocasião, o poeta Ferreira Gullar e os narradores Modesto Carone e José Almino. Eu creio que há outros, alguns hispano-americanos, por isso eu creio que o meu convite se deva, em parte, ao Ano do Brasil na França e também a uma manifestação dessa organização, que empreende ciclos de conferências de escritores latino-americanos no meio francês. Eu creio que a *Belles Latinas* participa do Ano do Brasil na França, mas não tenho uma idéia clara desse vínculo.

Eu recebi esse convite e, no começo, hesitei em aceitar, porque segundo a informação que tive, de início, eu teria de percorrer várias cidades francesas. E como eu tenho tido muito trabalho aqui, muitos cursos e conferências, além da escrita, eu não queria repetir isso lá, porque me cansaria demais, e, ao invés de ser uma coisa prazerosa, seria esgotante. Então, resolvi pensar melhor. Faz mais de três meses que eu recebi esse convite (maio). Depois, foram colocando meu nome num *site* deles da Internet, com a informação de que eu tinha sido consultor para a escolha de autores, pois eu tinha indicado Raduan Nassar, Bernardo Carvalho, Paulo Lins, Milton Hatoum, Modesto Carone e alguns outros. Eu os indiquei no ano passado ou retrasado; não sei quais deles foram para lá. Eu opinava enquanto crítico literário, mas agora me chamam como escritor.

Para a minha surpresa, me convidaram para ir para a França como autor também, e não apenas como crítico. Como traduziram o conto *Viagem*, havia um ponto para começar a conversa. Quase todos os escritores que eu indiquei têm obras traduzidas para o francês: romances, contos ou poemas. Eu estou apenas começando, mas me deram essa força e essa honra; só posso ficar contente.

AVM: Como será a sua participação no evento? Quais cidades o senhor vai visitar? O senhor vai participar de quais projetos? Além do senhor, que outros escritores e críticos literários estarão na França também?

DAR: Eu acabei negociando com eles. No começo, queriam que eu visitasse nove cidades; disse que assim não iria. Depois, reduziram para três. Mas agora, para minha boa paz, reduziram a duas: Paris e Lyon. Vai ser em outubro, entre os dias seis e dezesseis; devo partir no dia cinco. Em geral, o que eu entendi que se faz é que a pessoa vá e leia um trecho de seu trabalho. Certamente estarão lá grupos de leitores franceses e pessoas que têm interesse em Literatura Latino-americana, nos escritores brasileiros e hispano-americanos. Então, certamente, da leitura ou de uma pequena exposição que você faça, começam as perguntas e você troca idéias; supõe-se que haverá um debate. É aberto ao público em geral; é uma espécie de feira literária itinerante, que visitará várias cidades. Eles armaram uma manifestação de escritores latino-americanos, a das *Belles Latinas*. Essa organização têm uma revista na qual publicam textos de escritores latino-americanos. Em princípio, eu vou apresentar os meus textos que já foram traduzidos para o francês. Eles me perguntaram se eu tinha alguma coisa traduzida lá e eu disse que eu tinha o conto *Viagem* e o ensaio *Arquitetura da Memória*.

AVM: Sei que foram traduzidos para o francês um ensaio e um conto seus: *Architecture de la Mémoire*, publicado em *Pleine Marge* e *Le Voyage*, que saiu em *La Nouvelle Revue Française*. Essa tradução se deu em consequência do "Ano do Brasil na França"? Por que a escolha dessas duas obras?

DAJ: Eu creio que sim, que a tradução ocorreu em consequência do Ano do Brasil na França. Esses trabalhos foram traduzidos um pouco misteriosamente. Mas são duas coisas diferentes. Em *La Nouvelle Revue Française*, fizeram uma antologia de autores, que vai desde o Modernismo até o presente. Eu fiquei muito honrado de estar incluído, embora seja muito arbitrária essa escolha da revista. Certamente não é a escolha que eu faria, são muitos os escritores mais importantes do que eu. Eu fui incluído, embora eu tenha publicado muito pouco até agora: duas novelas e três contos. No caso do ensaio sobre o Murilo Mendes, eu entendo por quê; aí foi o Michel Riaudel que o levou para uma revista que tem vínculos com o surrealismo, a *Pleine Marge*. É um número da revista que está largamente dedicado a Ismael Nery, a Murilo Mendes. Isso é muito importante para o Brasil, um número quase todo de-

dicado a escritores e pintores brasileiros.

Eu tenho a impressão que isso coincidiu com um contato que eu tive com o Michel Riaudel. Ele veio aqui me visitar, ele já me conhecia de leitura e por minhas escolhas da Literatura Brasileira Contemporânea. Certamente, eu e o Michel conversamos longamente sobre Literatura Brasileira, sobre contatos com a França. E, ao voltar para lá, ele escolheu esses textos para serem traduzidos. Na verdade, ele se interessou muito por *Ugolino e a Perdiz*, a primeira novela que eu escrevi e que saiu em 2003, mas o texto era muito longo. Então eu enviei três contos para eles e foi escolhido o conto *Viagem* para ser traduzido.

Agora o fato de eles terem se interessado pelo Murilo Mendes e pelo meu ensaio sobre esse autor, certamente foi porque uma das pontes do contato entre a cultura francesa e a brasileira foi o Surrealismo, o peso do Surrealismo no Brasil. O Surrealismo é um movimento da vanguarda francesa, sobretudo. E o Murilo Mendes é, dentre os nossos poetas, aquele que teve um dos contatos mais profundos com esse movimento, assim como o Jorge de Lima, e alguns outros raros escritores. A difusão do Surrealismo dos anos 20, 30, foi muito poderosa no mundo todo. Na América Hispânica, mais do que aqui. No Brasil, a impregnação surrealista foi bastante moderada, embora tenha atingido até poetas que não eram surrealistas. É o caso, por exemplo, de Manuel Bandeira. Em Murilo Mendes e em Jorge de Lima é muito mais forte; tiveram um contato profundo com o Surrealismo. No caso de Murilo, não digo que ele tenha dependido muito da chamada escrita automática, que era um método de composição surrealista que tendia ao aproveitamento do acaso, do fluxo verbal aleatório da inspiração. Ele não se aproveitou dessa técnica de escrita automática. Mas o Murilo Mendes teve um contato com a fidelidade que os surrealistas pregavam ao desejo, ao universo do desejo, ao mundo onírico, a uma liberdade de inspiração que viesse da onde viesse. Ele teve esse contato também através de um grande amigo e mentor seu: o pintor, pensador, dançarino, filósofo e poeta Ismael Nery. Ismael Nery, que ele conheceu em 1921, tinha vindo da Europa onde entrara em contato direto com os surrealistas. Murilo, que tinha nascido em 1901, teve um contato fortíssimo com esse amigo. O Ismael era um homem muito poderoso pela sua inquietação intelectual e eles mergulharam nas teorias novas que estavam surgindo. Não apenas na teoria surrealista, como também no comunismo, que era uma das doutrinas que se espalhava pelo mundo desde a Revolução Russa. Então eles fundiram idéias tiradas de um cristianismo radical e primitivo, com idéias comunistas e com idéias do Surrealismo, que

era uma espécie de exploração muito racional de todo irracionalismo ou de todas as regiões ditas irracionais, ou seja, os elementos do inconsciente, do pré-consciente ou do subconsciente. Eles fizeram uma espécie de grande “bagunça transcendental” e foi uma mistura *sui generis*, a que eles praticaram aqui. Porque o Surrealismo francês era profundamente anticristão e aqui ele tomou uma feição completamente diferente. Murilo se dedicou a essa aprendizagem do novo e também a essa fusão inovadora. Isso foi decisivo e se transformou um pouco na idéia de viver na arte o encontro com o outro, na idéia da revelação que pode sair do outro, desse enriquecimento que nós podemos ter ao contatar uma coisa distinta da gente. E também há a dimensão erótica do encontro, porque eles cultivaram muito a idéia do erotismo como uma dissolução no outro, que é uma forma de integração na totalidade quase religiosa. Então erotismo e religiosidade se fundem na obra de Murilo Mendes, de uma forma muito profunda.

AVM: Como a poesia e a literatura brasileira estão sendo mostradas na França? Quais são as obras e os autores mais destacados?

DAJ: O que posso dizer é o que constatei nessa publicação da *Nouvelle Revue Française*: aquela antologia bem arbitrária, a que me referi, como disse, ela vem do Modernismo até o presente. Começa com o Mário de Andrade e vem até hoje, com o Milton Hatoum. Alguns escritores já estavam traduzidos: Machado de Assis, Clarice Lispector, Guimarães Rosa, Manuel Bandeira. Foram publicadas, também, obras de João Cabral de Melo Neto, Jorge Amado, Nelson Rodrigues, João Antonio, Sérgio Santana, Bernardo Carvalho e alguns mais. Uma coisa notável e muito importante, que valeria a pena destacar é a tradução que fez o Michel Riaudel dos treze poemas da *Siciliana*. Esse é um livro notavelmente uno e importante de Murilo Mendes. Ele foi traduzido pela primeira vez na Europa para o italiano, pelo grande poeta Giuseppe Ungaretti, que havia sido professor na Universidade de São Paulo. Sua tradução, dos anos 50, foi um marco daquela que era a primeira manifestação da poesia para Murilo na Europa: ele se transferiria definitivamente para lá, onde morreu em 1975. E agora Riaudel traduziu muito bem, na íntegra, os treze poemas, e entre eles *As Ruínas de Selinunte*, a que eu me referi no meu ensaio *Arquitetura da Memória*. Na revista *Pleine Marge*, a tradução dos treze poemas do Murilo Mendes precede o meu ensaio. E é uma tradução bilingüe: português e francês, espelhando no texto a proeza de Riaudel.

AVM: O Brasil é um imenso país onde são muito vivas, ricas e diversas as culturas e as artes. Porém, lá fora, o Brasil é conhecido, principalmente, pelo carnaval, pelo futebol e pelas favelas. O senhor acha que a cultura brasileira é pouco exportada e pouco valorizada internacionalmente? E o caso da literatura em particular?

DAJ: Certamente há razões profundas e complexas para isso. São razões históricas, depende da importância política que o país possa ter no cenário internacional. A medida que o país vai avançando, vai aparecendo internacionalmente, o contato cultural com outros países ganha maior consistência.

A França foi um caso à parte na cultura brasileira em geral. Com esse país, nós tivemos um contato especialmente grande e formador, já no século XIX. A França sempre foi, do ponto de vista cultural, decisiva para o Brasil. A absorção da literatura francesa em nosso país no século XIX foi enorme, atravessando todo o século e seus movimentos literários: Romantismo, Parnasianismo, Naturalismo, Simbolismo, Impressionismo. São movimentos que se desenvolvem sob o signo dos movimentos franceses correspondentes. E há grandes escritores brasileiros que tiveram seus livros editados lá na França. Há poetas brasileiros que escreveram em francês. Manuel Bandeira, por exemplo, tem alguns poemas escritos diretamente nessa língua. E muitos dos escritores franceses tiveram contato com os brasileiros, como se viu durante a primeira geração dos modernistas brasileiros. O tema, com seus múltiplos lados e sua complexidade, tem sido objeto de estudo no presente, como se pode ver, por exemplo, pelos livros importantes que Pierre Rivas escreveu sobre ele recentemente e que se acham traduzidos entre nós: *Encontro entre literaturas* e *Diálogos interculturais*, ambos da Editora Hucitec. O que se deu aqui com relação à literatura francesa não foi o mesmo que ocorreu com as demais nações da Europa: não tivemos a mesma coisa com os ingleses, com os espanhóis e tampouco com os italianos, pois, apesar da imigração italiana enorme, foi sempre pequeno nosso contato com a literatura italiana. E levamos pouca coisa daqui para lá, embora tenha havido alguns casos, como observei a propósito de Murilo Mendes.

Quando a Universidade de São Paulo foi criada em 1934, os primeiros grandes professores foram trazidos, sobretudo, da França. Nos anos 30 vieram para cá os intelectuais franceses. Nós tivemos aqui um grande sociólogo que foi o Roger Bastide, que teve uma larga influência no Brasil e se transformou em um grande conhecedor da

literatura brasileira. Ele tem livros traduzidos em nosso país e escreveu ensaios notáveis sobre nossos escritores, como os que dedicou a Machado de Assis e a Cruz e Souza. Pode-se dizer que ele foi o revelador da importância de Cruz e Souza para os brasileiros, da importância desse grande poeta negro de Santa Catarina. Ele chegou a comparar Cruz e Souza com os grandes poetas do Simbolismo europeu. O maior antropólogo do século XX, Claude Lévi-Strauss, também veio para o Brasil, deu aula aqui, foi estudar os índios no Mato Grosso, escreveu *Tristes trópicos*, que é um livro sobre o Brasil, deixou notáveis fotos de São Paulo, que foram publicadas aqui. Mais tarde, filósofos e grandes professores de Filosofia estiveram entre nós, como Jean-Paul Sartre, Michel Foucault, Gérard Lébrun, Claude Lefort e tantos outros, assim como muitos de nossos estudiosos de Filosofia tiveram na França anos a formação ou lá permaneceram em Universidades francesas. Além disso, todas as formas da cultura brasileira estão registradas por franceses: fotógrafos, antropólogos, viajantes. Pierre Verger, fotógrafo e antropólogo francês, viveu anos na Bahia e escreveu livros fundamentais sobre o sincretismo religioso e sobre as religiões baianas. George Bernanos, grande líder católico e grande escritor, morou em Minas, escrevia no *Estado de São Paulo*. Os franceses têm uma grande atração pelo exótico. E certamente muito desse interesse foi motivado pelo exotismo, mas não apenas. Um livro como o de Paulo Arantes, *Um departamento francês de ultramar* demonstra a profundidade desse contacto nosso com a cultura francesa, ao estudar a formação da cultura filosófica uspiana, nos anos 60. Enfim, muitos intelectuais franceses passaram por aqui, ou aqui viveram parte da vida. Nós sempre tivemos um contacto intenso, profundo, de vários lados, com a França. Não sou um especialista no assunto, mas não há certamente intelectual brasileiro que não reconheça a relevância dessas relações que têm sido estudadas mais a fundo em nosso tempo. Há muitos estudos sobre isso no âmbito da USP, como se pode ver pelo grupo de estudos França-Brasil, que foi desenvolvido pela Leyla Perrone Moisés, pela Sandra Nitrini e por outros, para estudar essa relação, que é longa, extensa, complexa. Já com outros países, o contacto cultural foi menor. A valorização da arte brasileira ainda é pequena no mundo, porque o país não é tão importante, e esse é o problema. Para você ter a valorização da cultura é preciso que o país desempenhe um papel politicamente importante no conjunto das nações. A medida que o país vai ganhando nome internacionalmente, a cultura vai sendo

valorizada. Isso é uma decorrência necessária. Com os países hispano-americanos, também as nossas relações sempre foram muito pequenas, porque eles também estiveram voltados para o centro, para a Europa e para os Estados Unidos. Agora, com a acentuação do interesse econômico, com o incentivo da troca comercial, as trocas culturais entre o Brasil e a América Latina podem se desenvolver muito mais. Mas, de qualquer forma, a nossa literatura é pouco lida nos países hispano-americanos. Eu publiquei um livro sobre Cortázar em 1973, mas ele só foi traduzido para o espanhol em 2002, no México. O livro nunca foi traduzido na Argentina.

AVM: Para finalizar, queria que o senhor desse a sua opinião a respeito da importância desse evento para o Brasil. A partir do “Ano do Brasil na França” o senhor vê a possibilidade de contatos mais estreitos no futuro?

DAJ: Para dizer a verdade, para mim é um pouco surpreendente tanto interesse da França nesse momento, e tendo a olhar sempre com certo grau de ceticismo para esse tipo de aproximação. Mas, na verdade, o Brasil vem desempenhando um papel cada vez maior no cenário internacional e também na liderança da América Latina, e isto decerto conta. Essas coisas obviamente pesam para que cresça o interesse dentro da França por nossa literatura. Tanto pelas relações comerciais quanto pelas relações políticas e culturais, supõe-se que possa haver um maior incentivo para o contacto mais amplo. Só podemos esperar que o evento deste ano seja um passo efetivo nessa direção. A gente vê, muitas, vezes a afirmação retórica da necessidade de estabelecimento de laços, mas pouca coisa se realiza na prática. Uma das formas efetivas de contacto é a tradução de obras importantes de nossa cultura para o francês. Isso está havendo agora mais do que havia; representa um passo além, mas ainda é um gesto tímido de aproximação. Um dos maiores absurdos que podemos notar de imediato, nesse sentido, é o fato de a obra de Machado de Assis não ter sido incluída ainda na *Pléiade*. Mas é preciso convir que nunca se traduziu tanto escritor brasileiro na França como agora. Havia sempre alguma tradução isolada, mas agora está se generalizando, o que é muito bom. Esse fato comprova que as relações estão melhorando, nós temos uma presença mais efetiva no cenário internacional. Isso é fundamental, inclusive, para o intercâmbio de idéias, para o debate intelectual e para a fertilização do meio interno, que depende tanto das coisas que o país cria por si quanto daquelas que absorve de fora. É desse diálogo que nascem

as novidades. Um dos momentos fortes da cultura brasileira no século XX foi o Modernismo, em parte pelo grau de internacionalização a que se prestou. Depois, o momento do Cinema Novo, nos anos 60, foi muito importan-

te também para a internacionalização do nosso cinema e sua projeção mundial. Toda vez que há uma troca substantiva de experiência, os dois extremos tendem a melhorar e a se enriquecer.

ESPAÇO MEMÓRIA

ENTREVISTA COM ÁLVARO COMIN

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

O entrevistado é professor do Departamento de Sociologia e Diretor-Presidente do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

Daniel Cantinelli Sevillano: Queria que você me falasse um pouco sobre o CEBRAP.

Álvaro Comin: O CEBRAP é razoavelmente conhecido entre os professores da área de Sociologia, acho que entre os estudantes ele é menos conhecido. O Centro já tem mais de trinta anos de existência, foi fundado em 1969 por professores que haviam sido aposentados compulsoriamente através do AI-5, como o Fernando Henrique Cardoso, o José Arthur Giannotti entre outros. Foi uma forma de manter a atividade de pesquisa fora da Universidade. Nos anos 70 e 80, o CEBRAP foi uma referência importante em termos de pesquisa, inclusive no âmbito da América Latina. Com a abertura e a redemocratização, muitos desses professores voltaram para a Universidade, e o CEBRAP é mais um centro entre vários outros, mas que não deixou de ser um centro bastante respeitado no contexto nacional. Nós temos uma publicação muito importante, a revista *Novos Estudos - CEBRAP*, que é uma das mais antigas do Brasil, seu formato atual é de 1982.

O Centro comunga com a Universidade algumas coisas em comum, como o perfil acadêmico que ele possui; por ser uma entidade privada sem fins lucrativos muitas vezes ele é considerado uma ONG, mas na prática ele é um centro de pesquisa acadêmica, nós nunca tivemos um perfil de ONG no sentido de que não temos uma atuação direta junto a movimentos sociais. O Centro sempre teve uma atuação política por causa dos seus quadros terem envolvimento na política, primeiro com o PMDB e depois com o PT e o PSDB. É uma instituição estritamente acadêmica, o que se faz aqui basicamente é pesquisa, sequer há atividade de ensino. O que temos são programas de Pós-Graduação que não são vinculados

ao ensino, só à pesquisa. Nós mantemos bolsistas de pós-doutorado aqui no Centro, porque se trata de uma fase da vida acadêmica do pesquisador em que ele não precisa mais fazer cursos.

Eu diria que o que difere mais o CEBRAP da Universidade é que ele não possui a estrutura burocrática baseada nos departamentos disciplinares. Em geral, nós trabalhamos na Universidade dentro de departamentos organizados de acordo com disciplinas específicas. Eu sou do Departamento de Sociologia, e eu convivo basicamente com professores e pesquisadores da área de Sociologia. Aqui no CEBRAP isso não acontece, pois nós temos um centro multidisciplinar. Nós somos atualmente vinte pessoas, o que representa mais ou menos o número de professores de um departamento universitário. O que nos difere então é a heterogeneidade das áreas dos nossos pesquisadores: nós temos desde demógrafos até sociólogos. As áreas são mais multidisciplinares.

DCS: E essa multidisciplinaridade foi o projeto inicial da própria Faculdade de Filosofia Ciências e Letras em 1934.

AC: Isso mesmo, ela tinha esse perfil no início, mas acho que o crescimento da Universidade a levou a se departamentalizar e especializar. Pelo seu tamanho e pelo fato de não estar preso a certas coisas a que a Universidade está presa, como fornecer titulação e ter currículos de ensino, o Centro mantém esse perfil multidisciplinar dentro do campo das Ciências Humanas. Isso não faz do CEBRAP algo melhor que a Universidade, só faz que ele seja algo diferente.

DCS: Nos anos 70 foi criado outro Centro, que foi meio que um contraponto ao CEBRAP.

AC: Na verdade, foi uma dissidência do CEBRAP que formou esse Centro, sob a liderança do Francisco Weffort. Essa dissidência era formada pelo pessoal mais próximo

da área de Ciência Política, e eles fundaram o CEDEC, que existe até hoje, embora nenhum dos que formou o Centro esteja lá atualmente.

No final dos anos 80 a Universidade tentou trazer para o espaço universitário esses institutos e centros de pesquisa. No meu modo de entender, isso foi mais bem sucedido na UNICAMP e não tão bem sucedido na USP, por motivos que eu não saberia te dizer.

DCS: Você se formou em que curso?

AC: Eu fiz História entre 1984 e 1987.

DCS: E nessa época você já conhecia o CEBRAP?

AC: Sim, porque foi durante minha graduação que eu comecei a trabalhar aqui no CEBRAP. Eu estava no meu segundo ano, e o CEBRAP estava realizando uma pesquisa no sistema penitenciário de São Paulo durante o Governo Montoro, que foi quem encomendou essa pesquisa. O Centro estava então contratando pessoas para aplicarem os questionários nas prisões. Depois, eu fui chamado para fa-

zer a tabulação da pesquisa e ajudei a escrever uma parte do relatório, e fiquei aqui no Centro até então.

DCS: O CEBRAP hoje tem um processo seletivo de pesquisadores. Como ele funciona?

AC: Esse programa começou em 1987, e até um tempo atrás era voltado para estudantes que estivessem cursando o mestrado; ele era uma espécie de complementação ao mestrado. Entravam seis pessoas por ano, que ficavam dois anos aqui no Centro. Por razões ligadas à própria dinâmica do mestrado, que foi sendo comprimido com o passar dos anos, esse programa se tornou impraticável, porque pressupunha que os alunos teriam que fazer o Mestrado em quatro ou cinco anos. Por isso, há três anos o CEBRAP transformou esse programa em um programa para alunos de pós-doutorado. O grupo é composto por oito pessoas, sendo que quatro vagas são renovadas a cada ano. Eles permanecem aqui por dois anos, participando de um grupo de leituras e realizando suas pesquisas individuais.

ENTREVISTA COM ANA PAULA TORRES MEGIANI

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

A entrevistada é professora do Departamento de História.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

Ana Paula Torres Megiani: Eu ingressei na graduação em 1983. Fiz o curso em quatro anos, Bacharelado e Licenciatura. No último semestre do curso, eu fui convidada a participar de um grupo de pesquisa com a professora Maria de Lourdes Monaco Janotti. Naquela época, 1986, ela estava organizando um grupo de trabalhos sobre Memórias da Escravidão: Famílias Negras em São Paulo. Esse trabalho durou um ano e meio, até 1988, ano do Centenário da Abolição da Escravidão no país. Por causa desse convite, eu me envolvi mais com essa parte de pesquisa. Eu me aproximei da área de História Cultural da época do Brasil colonial. Eu quis trabalhar especialmente com a questão da memória e das tradições orais que foi o que tinha me aberto mais caminhos. Junto com uma colega que estava nesse grupo, montei um projeto de pesquisa para lidar com esses depoimentos no âmbito da longa duração, das lembranças que poderiam ter sobrevivido desde o tempo da escravidão até o final dos anos 80 do século XX. Nós procuramos a Profa. Laura de

Mello e Sousa para nos orientar, e nós conseguimos uma bolsa do CNPq de aperfeiçoamento, coisa que ainda existia naquele tempo. Ficamos um ano realizando nossas pesquisas, e aí escrevemos um trabalho sobre o tema. Minha amiga continuou a pesquisa no Mestrado, e eu procurei trabalhar com um tema que me interessava desde os tempos de graduação, a questão do messianismo régio em Portugal e suas influências na América portuguesa. Eu procurei alguns professores, e consegui trabalhar com as tradições messiânicas em Portugal com um professor da área de História Medieval, Jonatas Batista Neto. Esse trabalho foi meu Mestrado, que eu fiz entre 1990 e 1995.

Quando eu terminei o Mestrado, eu voltei a conversar com a Profa. Laura, porque eu queria trabalhar mais com a época Moderna, e iniciei meu Doutorado com ela entre 1996 e 2000, sobre a época dos “Filipes” em Portugal. Minha formação demorou relativamente mais do que hoje, porque os prazos eram maiores do que eles são hoje.

DCS: Como era a Faculdade no tempo em que você foi aluna?

ANTM: Em primeiro lugar, o que me chama muito a atenção, é que o número de alunos no curso de História era

bem menor do que é hoje. Nós tínhamos turmas de 30 alunos, e o curso também era diferente: a aula era dividida em duas partes, um período teórico na primeira parte da aula e um período de seminários, na segunda parte da aula. Geralmente a primeira parte era dada por um professor, normalmente o mais antigo da disciplina, que dava uma aula expositiva para toda a turma, e na segunda parte a turma era dividida em três ou quatro grupos para a gente fazer as discussões de textos e apresentação de seminários. A gente tinha a possibilidade de conhecer quase todos os professores de cada disciplina. Nós tínhamos poucas opções de optativas da História, a grade era bem fechada em obrigatórias. A gente acabava escolhendo optativas em outros departamentos; eu fiz cursos nos Departamentos de Letras e Filosofia, por exemplo. A Iniciação Científica era muito precária; os alunos geralmente só conseguiam trabalhar com pesquisa no último ano ou só depois da graduação.

DCS: Você participou do Movimento Estudantil no período? Como era esse Movimento?

ANTP: Eu não tive participação ativa no ME. Nos quatro anos que eu fiquei aqui, durante a graduação, eu percebi uma diferenciação muito grande no ME. Meus anos de graduação foram os anos do fim da ditadura militar, e da volta da participação dos jovens nos rumos da política nacional. A vinda para a Universidade foi uma coisa muito impactante, porque eu tinha vivido no interior até a época do vestibular e não estava acostumada com aquela agitação estudantil, mas nunca participei nem do Movimento Estudantil nem do Centro Acadêmico.

Eu participava mais das discussões de plenárias e assembleias, e essa discussão estava mais ligada ao que acontecia no país do que acontecia dentro do departamento. Hoje, os estudantes estão muito preocupados também com a maneira como a Universidade funciona, como ela administra seus recursos, como ela organiza seu espaço. Naquela época nós estávamos mais preocupados com a abertura democrática e com a volta da participação da sociedade civil nos rumos do país.

Quando eu entrei aqui, as várias facções do ME eram muito bem organizadas, e na primeira semana do curso

elas já vieram se apresentar para os novos alunos. Acho que isso desapareceu nos anos seguintes.

O PT estava ainda no começo de sua formação, e alguns estudantes estavam muito envolvidos na sua organização. Por causa desse empenho, os estudantes estavam em sua maioria unidos em torno desse projeto; não havia ainda dissensões internas como as que vemos hoje.

DCS: Você foi contratada em 2003. Como foi essa passagem da carteira para a lousa?

APT: Bom, eu já tinha dado aulas entre o Mestrado e o Doutorado no Centro Universitário Ibero-americano. Eu também já tinha dado aulas no Colégio Equipe e em outro colégio menor em Perdizes. Antes disso, eu havia dado aulas no Estado, logo que me formei na Licenciatura. Eu sempre dei aulas, mas dar aulas aqui na FFLCH não era um objetivo claro para mim, não era algo que eu tinha em mente no período.

Quando eu fui para Portugal em 1998 para fazer parte da minha pesquisa do Doutorado, na volta eu percebi que estava se formando aqui na Faculdade um movimento de doutores que estavam para defender seu Doutorado de que a Universidade deveria abrir vagas para novos professores no futuro. Além disso, as faculdades particulares estavam também num processo de mudança do trabalho dos professores e de diminuição dos salários deles. Nesse sentido, eu comecei a conversar com colegas que estavam aqui já, e passei a me inteirar do que acontecia na Faculdade. Eu defendi meu Doutorado em fevereiro de 2001, e logo em seguida prestei um concurso para a área de Ibérica, e fiquei em segundo lugar, atrás da Marcia Berbel. Isso me animou, e aí eu comecei a estudar porque sabia que logo seria aberto outro concurso para a área, porque havia poucos professores de Ibérica.

Quando eu estava me preparando para fazer um Pós-Doutorado, a Greve de 2002 estourou, e nesse mesmo ano, em novembro, abriu outro concurso para Ibérica, no qual eu fui selecionada. Eu tive o privilégio de entrar aqui na Faculdade com uma nova leva de professores, o que mostra que o Departamento está se renovando, o que é fundamental para qualquer instituição de pesquisa e ensino.

ENTREVISTA COM JOÃO ADOLFO HANSEN

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

O entrevistado é professor de Literatura Brasileira.

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que você me falasse sobre sua formação acadêmica.

João Adolfo Hansen: Eu estudei na PUC de Campinas

entre 1961 e 1964, onde fiz o curso de Letras Anglo-Germânicas. Depois, em 1968, fiz uma pós-graduação em Linguística, aqui na USP, com o professor Isaac Nicolau Salum. Tinha que trabalhar e não fiz a dissertação; fiquei apenas com os créditos do mestrado. Em 1971,

fiz a prova de pós para um mestrado na Teoria Literária. Fui aprovado, mas, não sei bem porque, meu nome e o de uma colega foram substituídos por dois de pessoas que não a tinham feito. Em 1975, voltei para tentar a pós em Literatura Brasileira, orientado pelo professor José Carlos Garbuglio. Meu mestrado foi sobre *Grande Sertão: Veredas*. Defendi a dissertação em 1983, mesmo ano em que prestei concurso na área de Literatura Brasileira. Em 1984, comecei a fazer o doutorado, também com o professor Garbuglio. Defendi uma tese sobre a poesia satírica que é atribuída ao poeta Gregório de Matos e Guerra, em 1988.

DCS: Você não acompanhou a luta entre os alunos da Filosofia e do Mackenzie?

JAH: Não, só acompanhei através de jornais e das informações de amigos que então estudavam na USP. Na época, estava no interior do Estado. Tinha algumas ligações com o movimento estudantil e fiquei sabendo dos acontecimentos através de outros participantes dele. Entre 1964 e 1966, ano em que vim para São Paulo, fui professor de Latim no antigo Curso Clássico de um colégio público de Americana. Em 1966, prestei um concurso e, em 1968, passei a trabalhar no ensino secundário como professor efetivo de Português. No início de 1968, assumi o cargo em Pindamonhangaba, onde fiquei por seis meses; depois, quis dar aulas nas periferias e fui para Poá; em 1969, fui para Santo André, trabalhar num colégio de um bairro operário, Utinga, onde fiquei até 1977, quando pedi exoneração para fazer o mestrado. Então, comecei a dar aulas em faculdades particulares e em cursinhos preparatórios para os vestibulares de São Paulo.

DCS: Como era o ME nesse período?

JAH: Tinha várias facções de esquerda; havia uma corrente considerada radical, trotskista, e havia as várias versões da chamada ação social da Igreja, como a JUC, Juventude Universitária Católica. Não sou cristão, não concordava com o reformismo da JUC e simpatizava com essa linha trotskista, na época. Dizia que o ME era então muito generosamente equivocado na sua orientação de doar consciência para as massas organizando-as numa revolução socialista que então acreditava possível. A palavra-chave no ME era “conscientização” na discussão de questões ligadas à educação, à economia, à cultura, ao imperialismo norte-americano etc. Queria conscientizar a população; hoje tenho certo pudor quando lhe digo que eu também fui a favelas ensinar proletários a passar fome. À distância, eu posso dizer que foi

generoso, mas também muito equivocado. Juventude é coisa pra se esquecer, como diz Riobaldo. Não havia nenhuma base material efetiva; mas éramos jovens, revoltados com a miséria, entusiasmados pela urgência das mudanças.

DCS: Você conhece colegas que foram para a luta armada contra o regime militar?

JAH: Sim, alguns que se juntaram aos grupos guerrilheiros contra a ditadura. Alguns deles morreram, outros desapareceram, muitos tiveram que fugir para países como Chile, Cuba, França, Argélia, entre outros.

DCS: Você nunca pensou em se engajar na luta armada?

JAH: Não. Tinha acabado de casar e minha filha mais velha ia nascer. Além disso, tinha a convicção de que a luta armada era uma coisa romântica, muito quixotesca. Eu admirava e admiro muito, com todo o meu coração, os que se decidiram por esse rumo, mas achava que não era eficaz. Infelizmente, eu estava certo.

DCS: O Ferreira Gullar disse numa entrevista que a opção pela luta armada foi um dos maiores erros que a esquerda brasileira cometeu no período.

JAH: Foi um equívoco; esses grupos não tinham condições materiais suficientes para fazer uma avaliação precisa da situação. Eu acho que a luta armada foi um voluntarismo, um desejo de intervenção que não mediu a distância entre os meios e os fins. O Estado militar era forte, estava infiltrado em toda a parte e contava com grande adesão civil. Lembro até hoje de uma experiência horrorosa como professor do secundário em Santo André: em 1972, trabalhava num terceiro colegial noturno com poemas do livro *A Rosa do Povo*. No final do semestre, um aluno me procurou se identificando como agente do DOPS. Ele me disse que nós – eu, um colega de Geografia e uma colega de Filosofia – coríamos risco porque éramos “subversivos”. E me disse que só não ia cumprir seu dever, que era me prender, porque tinha aprendido “muita gramática” nas minhas aulas sobre Drummond. É possível ficar agradecido a uma cascavel quando não pica? Fiquei quieto me sentindo humilíssimo naquela situação que me demonstrava que eu não valia realmente nada e que a ditadura manchava tudo, corrompia tudo, infiltrada em todos os cantos. O chamado “milagre econômico” da ditadura capturou o ressentimento das pessoas desejosas de fascismo, que passaram a defender tudo que os militares decretavam, vendo-se no

dever de delatar possíveis “subversivos” do regime. Subversivo, no caso, era qualquer comportamento não condizente com a “normalidade” imposta.

DCS: Muitas das pessoas que eu entrevistei disseram que a vigilância era constante na Universidade, mas não sabia que essa vigilância existia também no ensino secundário.

JAH: Essa vigilância existia no secundário também. A ditadura inventou aquela porcaria de disciplina Educação Moral e Cívica. A ditadura colocou pessoas seletas, ligadas ao regime, para darem essas aulas, mesmo- e talvez principalmente- quando eram pessoas que não tinham qualquer qualificação intelectual para isso ou outras coisas. Nos colégios, elas exerciam várias formas de intimidação e controle. Na escola em que trabalhei, em Santo André, tinha uma fulaninha desse tipo, casada com um vereador da ARENA, que fazia doutrinação pró-militares nas suas aulas, com hinos e mais baixarias patrióticas. Na época, além da ARENA, havia o MDB, que era uma “oposição” consentida pelo regime; eu não era ligado ao MDB. Nós não podíamos falar muito do regime nas aulas por uma questão básica de auto-preservação; mas essa fulana tinha o direito de fazer propaganda dele. A subserviência gregária era uma coisa nojenta, principalmente nas cerimônias das datas cívicas, como 21 de abril e 7 de setembro, que os professores eram obrigados a assistir ao lado de representantes dos poderes locais - prefeitos, donos de cartórios, vereadores, delegados, gerentes de bancos - gente que por definição já costuma ser conservadora, e que via sua pequena autoridade municipal referendada pelo regime.

A ditadura interferiu na vida cultural do país de todas as maneiras possíveis, através da censura de obras, da intimidação, do silenciamento, da prisão de autores e mais coisas. Tudo que há de medíocre no país - e o país sempre foi e continua sendo muito medíocre- veio à tona naquele tempo. Um não-pensamento reacionário, pequeno-burguês e *lumpen*, tomou conta da sociedade. Lhe conto mais um caso estúpido: em 1972, a diretora do colégio em que eu trabalhava em Santo André pediu licença maternidade; como eu era o professor efetivo mais antigo, assumi a direção por alguns meses. O colégio tinha duas rampas de acesso para o andar superior, como as do prédio da História da FFLCH; a Diretora tinha fechado uma delas “para ficar limpa”. Quando as aulas da noite acabavam, às 22h30, o colégio era muito grande, era uma aglomeração só com a saída dos alunos, que perdiam os ônibus que passavam às 23 h. Como os ôni-

bus seguintes só passavam à meia-noite e meia e à 1 e meia, os alunos que perdiam os das 23 h por causa do fechamento da rampa chegavam em casa de madrugada, aí pela 1 e meia ou 2 e meia da manhã. Eles eram gente que se levantava às 5 h da manhã pra trabalhar. Quando eu estive Diretor, acabei com aquilo e mandei abrir a outra rampa. Quando a Diretora voltou, quis abrir um processo contra mim, alegando que eu tinha feito algo “subversivo”. Uma coisa ridícula como essa, abrir uma rampa de acesso, foi considerada subversiva, o que mostra como era amplo o espectro daquilo que podia ser assim constituído.

Estou ficando velho e, depois desses anos todos, sei que nunca vou perdoar isso ter acontecido com o país, porque a juventude de meu tempo era generosa e tinha projetos que, de repente, foram sufocados durante vinte anos. O que veio depois da ditadura com a chamada “anistia” difere, muito evidentemente, do regime militar. Mas o que nós pudemos viver de efetivamente democrático até hoje com Sarney, Collor e FHC?

DCS: Você disse que levou oito anos para defender seu Mestrado. Por que tanto tempo?

JAH: Naquele tempo o prazo era maior. Entre 1975 e 1977 eu cursei as disciplinas, e depois tive que sumir para trabalhar para me sustentar, dando aulas em cursinhos, faculdades particulares etc. Sempre estudei sem nenhuma bolsa. Até que meu orientador me puxou a orelha e perguntou se ia ou não defender a dissertação. Aí eu a defendi em 1983. O doutorado foi mais rápido, de 1984 a 1988.

DCS: Como era o ambiente da Faculdade nos anos 70?

JAH: Eu só posso falar sobre a Pós-Graduação, que era intelectualmente muito estimulante. Tive ótimos colegas e ótimos cursos com professores excelentes. E nas Letras havia um vendedor de livros, o seu Jaime Marcelino Gomes, que era uma espécie de agente cultural. Ele comprava coleções inteiras de livros antigos e usados e os vendia para a gente a crédito, por preços muito baixos. Muitas vezes, os preços eram antigos e ele não os remarcava. Realmente, uma pessoa excelente, que lembro com gratidão. Naquela época, os alunos liam várias línguas, coisa que o aluno de Letras hoje nem sempre consegue. As aulas de Pós tinham pouquíssimos alunos e havia muita discussão; lembro de um curso sobre os diálogos platônicos que fiz com o professor José Cavalcanti de Souza em que havia cinco. Havia ainda a idéia de uma grande cultura geral, uma cultura alta, polé-

mica e contraditória, coisa que se foi perdendo à medida em que esses modelos neoliberais de especialização tomaram conta da Universidade. Na USP, isso se deu a partir da gestão de José Goldemberg como reitor. O professor se torna um especialista em questões cada vez mais particulares e tem de publicar muito e participar de eventos, o que fragmenta sua prática e impede a perspectiva da cultura como um todo contraditório, quero dizer, a perspectiva politizada da cultura. Hoje, acho, temos uma visão técnica da cultura, o que geralmente significa uma visão despolitizada ou conservadora dela.

DCS: Você tratou da obra do poeta Gregório de Matos. Como foi esse trabalho?

JAH: Eu decidi analisar a obra atribuída a ele através de novos métodos. Minha idéia inicial para o doutorado era trabalhar com a poesia de Murilo Mendes. Cheguei a levantar documentação sobre suas relações com a pintura de Ismael Nery e os católicos da revista *A Ordem*, mas cheguei à conclusão de que o resultado, vamos dizer assim, teórico da pesquisa iria ser parecido com o do trabalho que tinha feito sobre a obra de Guimarães Rosa, já que são dois autores da modernidade, por isso decidi fazer outra coisa. Um dia pensei: “Como será pensar ‘barroco?’” e decidi trabalhar com a obra de Gregório de Matos. Li os sete volumes dos poemas da edição James Amado e, em doze cadernos de duzentas páginas, classifiquei-os por temas, de “Abaeté” a “Zoiló”, para estabelecer estruturas dominantes. Não havia computador. Viajei à Bahia e li atas e cartas da Câmara Municipal de Salvador, entre 1650 e 1750. Isso me forneceu um conjunto de discursos ligados à cultura da cana e dos engenhos coloniais que estavam dramatizados nas poesias que levam o nome de Gregório. Essa documentação também me levou a alguns processos da Inquisição e às doutrinas teológico-políticas ibéricas sobre o poder monárquico. Na Biblioteca Nacional, no Rio, li mais coisas, como os códices manuscritos dessa poesia e tratados de retórica e poética italianos, espanhóis e portugueses dos séculos XVI e XVII. Percebi que entrava num mundo outro, que não correspondia àquilo que a crítica literária brasileira falava. Li tudo que pude da crítica sobre Gregório de Matos desde o século XIX, e ficou evidente para mim que ela substituiu a teologia-política e a retórica dos poemas pela concepção expressiva, psicológica, romântica e evolucionista do século XIX, o que continuava sendo repetido no século XX. Fiz então uma hipótese arqueológica, a de estudar essa poesia segundo os critérios dela no seu tempo, tentando reconstituir de modo verossímil

os preceitos da sua primeira legibilidade. Com isso, acho que me aproximei mais dos historiadores e dos antropólogos, que da discussão literária, que então permanecia presa, como agora também ocorre, à análise imanente dos poemas ou a grandes categorias genéricas e anacrônicas como “Barroco” etc. Desde então, comecei a escrever trabalhos sobre as letras coloniais, numa conexão possível de Literatura e História.

DCS: O livro do Haroldo de Campos sobre o Barroco, *O Sequestro do Barroco*, foi lançado nessa época?

JAH: O livro do Haroldo de Campos é de 1989, ano em que publiquei o meu livro sobre a sátira gregoriana. Mas é outra coisa; ele polemiza com Antonio Candido.

DCS: Você também estava?

JAH: Não. Não tenho nem tive nenhuma polêmica com Antonio Candido. Não acredito na polêmica, mais ainda quando é como a do livro de Haroldo, feita para disputar lugares de poder. É preciso ser afirmativo no que se faz, quero dizer, antes de tudo é preciso ter independência intelectual. A subserviência e o gregarismo muito comuns aqui nas Letras são obscurantistas. Na minha hipótese de trabalho, a própria idéia de “Barroco” é anacrônica, porque não há Barroco no tempo dessa poesia, o século XVII. Quero dizer, Barroco é uma invenção neokantiana do século XX. Quando você aplica essa categoria, você também usa com ela as categorias românticas, positivistas e neokantianas dos séculos XIX e XX que a constituem. Elas são obviamente anacrônicas. Fazendo a reconstituição das categorias teológico-políticas e retórico-poéticas do século XVII, eu não precisava falar de “Barroco”. Na *Formação da Literatura Brasileira*, Candido dá conta de um projeto artístico, ideológico, político e cultural que começa, segundo seu modelo interpretativo, no fim do século XVIII. Inicialmente, é um projeto iluminista que desqualifica as Artes e Letras que hoje se costuma classificar como “Barroco”. Como você sabe, em Portugal, a partir de 1750, durante o governo do Marquês de Pombal, que foi um governo marcado pelas posições anti-jesuíticas, você encontra autores que não usam evidentemente o conceito de Barroco, mas são autores que classificam a cultura divulgada pelos jesuítas, que hoje é classificada com o termo “Barroco”, como atraso, pois cultura avessa principalmente à experimentação empirista, quero dizer, como cultura tradicionalista, baseada na repetição de autoridades antigas, como Aristóteles. Nesse sentido, eu sempre achei que, quando Candido lançou seu livro, nos anos 1950, agiu como

um historiador coerente que sabia que, no processo de formação que se propôs a estudar, o que hoje é chamado Barroco não tinha lugar, por isso não o inclui. Obviamente, Candido conhece e reconhece o valor de Vieira, Gregório e outros autores anteriores ao século XVIII. Mas também é evidente, acredito, que não se pode confundir o seu modelo interpretativo com a própria realidade histórica das obras literárias a que o modelo é aplicado, coisa que muitas vezes acontece aqui nas Letras, como se o modelo reificado fosse a verdade histórica e não um simples modelo particular e datado. Em sua polêmica, Haroldo de Campos propõe outro cânone literário, um cânone que culmina na invenção concretista, segundo o qual você deve eleger obras de alta qualidade experimental, e não simplesmente qualquer obra num sentido por assim dizer documental. Nesse sentido, não diz apenas que Candido seqüestra o Barroco, mas que também valoriza poetas medíocres, como Casimiro de Abreu, não considerando por exemplo Sousândrade, um grande inventor de formas poéticas novas no século XIX que antecipa a vanguarda que o reconhece como precursor, etc. A perspectiva de Candido é mais ampla, eu diria, em sentido cultural; não está apenas interessado no específico estético do poeta, mas pensa a importância que um autor medíocre como Casimiro tem na produção de hábitos de audição e leitura de poesia que vão, por exemplo, estar na base de outros hábitos ou futuras leituras de públicos mais exigentes.

Acho divertido lembrar que o livro de Haroldo de Campos tem uma contradição interna violenta, pois recorre a Derrida e Jakobson para acusar o nacionalismo de Candido com argumentos nacionalistas. Diz que a poesia concreta é poesia de exportação ou que Gregório de Matos foi o nosso – é a unidade da ideologia nacionalista que se lê nesse pronome “nosso” - primeiro antropófago cultural, quando o insere na gênese da malandragem nacional que Candido interpreta na obra do Manuel Antonio de Almeida. Não é preciso ficar ou do lado de Haroldo ou de Candido para estudar Gregório de Matos, as coisas coloniais e outras coisas, como se houvesse exclusivamente só duas possibilidades interpretativas. Como dizia Lampião, Deus é grande, mas o mato é maior. Eu sempre preferi o mato.

DCS: Você citou a gestão do Goldemberg. O que ele fez na Universidade quando Reitor?

JAH: O que ele fez é sabido. Começou a favorecer o movimento de privatização da coisa pública com a desmoralização dos professores, os chamados “improduti-

vos”, que teve continuidade no governo do FHC. Quero dizer: produção de condições materiais que tornaram a Universidade ineficiente, produzindo a ineficiência com salários rebaixados, a burocratização, a superlotação das salas, o tal do ranqueamento dos alunos, o primeiro ano básico, o produtivismo, a tecnificação e a desqualificação objetiva da cultura, a ameaça das aposentadorias, a corrida às agências de financiamento de pesquisa etc. etc. A ineficiência assim produzida produziu e produz a eficácia das justificativas favoráveis à iniciativa privada. Eu acho isso terrível, como um avanço cada vez maior de coisas ridículas que dividiram o tempo dos professores, como produtividade, avaliação, efetivo engajamento institucional, Universidade do conhecimento, pesquisa ou docência e outras modas que duraram um verão, mas que produziram, enquanto duraram, uma grande fragmentação interiorizada como naturalidade massificada do tempo. Simultaneamente, impuseram um ritmo de produtividade que transformou o professor num produtor de *papers*, como no modelo norte-americano do *publish or perish*. Como dizia Marilena Chauí: exigiram a qualidade de Cambridge nas condições do Haiti.

Eu acho que isso tudo levou a uma despolitização da Universidade, porque os professores estão cada vez mais ocupados em produzir *papers* e fazer palestras em congressos, onde há mais falantes que ouvintes, para contar no currículo que vai ser avaliado pelas agências financiadoras. Na gestão Goldemberg começou o processo de desmantelamento da universidade pública, quando os jornais publicaram aquela lista de professores classificados como ‘improdutivos’. A imprensa brasileira é venal e sempre faz o jogo da classe dominante e do capital. O que a gente pode esperar de jornais como *O Estado de São Paulo* e *a Folha de São Paulo*? Essa lista criou a idéia falsa de que o conhecimento produzido pela Universidade não é social. Acho uma estupidez perder tempo nessa discussão, pois o conhecimento é obviamente social. A Universidade não está em Marte. O que deveria ser discutido é quem lucra com a ciência produzida nela.

DCS: O que foi essa lista de “improdutivos”?

JAH: Uma lista com muitos e muitos nomes de professores de várias unidades; publicada nos jornais, causou estardalhaço, passando a idéia de que a USP era um antro de marajás que recebiam salários altíssimos num país miserável, para não fazer nada. Foi uma ação deliberada para produzir desqualificação moral e intelectual. Quase todo o mundo das Letras estava nela.

DCS: Como você vê a Faculdade de Filosofia hoje?

JAH: Eu não sei bem, porque não tenho nenhuma visão prévia de unidade, e objetivamente não posso conhecer a totalidade do que ocorre nela. Aliás, nem sei se essa idéia de unidade é coisa desejável ou possível hoje. Talvez falte uma política cultural nítida. Cada departamento tem uma história própria, de lutas e conflitos internos, e os departamentos também pressupõem a historicidade diversa das disciplinas e dos objetos teóricos com que trabalham. A Universidade pressupõe o plural. Hoje, os cursos de literatura são desqualificados pelos modelitos empresariais, pois a Universidade já não é mais a única agência cultural. Para o modelo neoliberal, Shakespeare importa se render um filme de Spielberg ou um *síte* na Internet. E talvez muitos alunos preferissem as Letras sem as literaturas, quero dizer, só as línguas como instrumentação para o trabalho nas empresas. Muitos alunos que ingressam não têm noção de coisas políticas básicas. Acho que isso resulta do desmonte da escola pública secundária que o regime militar realizou, e que se seguiu com o governo FHC, realmente nocivo, e agora com o governo Lula. Agora a cultura é massa. Em salas com 100 alunos, o professor tem que pressupor que a audição é produtiva e, muitas vezes, se vê no papel de professor secundário, tendo que transmitir conhecimentos básicos que o aluno deveria ter recebido no colegial. Quanto maior é a audiência, mais de longe ela escuta, já dizia Aristóteles. Uma aluna me perguntou uma vez quando foi o século XVII. É uma bela questão teórica, se vamos fazer uma teoria do tempo histórico. Mas ela simplesmente queria saber “quando” e eu pedi que subtraísse trezentos. Ela então disse: “1697... nossa, que

longe!”. Não é legal? Outro me perguntou “Por que a crítica?”, num curso em que eu tratava da Semana de 22. Afirmava que esse mundo é ótimo como é, e dizia não entender porque Mário, Oswald e Bandeira eram críticos. Essa é uma questão estúpida, uma questão impensável e impensada anos atrás, mas radical como evidência do estado de coisas hoje. Que fazer?

Aposentadoria? Eu poderia ter-me aposentado faz alguns anos, mas decidi permanecer. Sei, sem frescura, o que custa para o país formar um professor universitário. Acho que seria imoral julgar a escolha individual de colegas que se aposentam cedo. Mas, quando penso as aposentadorias em termos coletivos, isso é realmente uma grande perda, pois custa muito formar quadros de professores eficazes. Tenho colegas que me dizem que já devia ter-me aposentado, pois as coisas como estão “não dão pé”. Mas vou fazer o quê em casa? Vestir um pijama listrado e ficar fumando melancólico? Escrever a grande obra? Trabalhar numa instituição privada para ganhar mais e comprar um carro novo? Não vale a pena. Muitos, quando se aposentam, ficam tristes, pois são rapidamente esquecidos pelos colegas e pela instituição. Evidentemente, é preciso ter imaginação e não se entregar. Eu nunca pensei a Universidade como minha segunda casa; seria um equívoco, pois isto aqui é um lugar público, um lugar polêmico, quase sempre muito inóspito e mesmo inimigo da inteligência. A Universidade é o reino animal do espírito, dizia um grande idealista alemão. Por isso mesmo, temos que ter sempre em mente que ela é um lugar público, não um local privado. A coisa pública é fundamental e, no nosso país, ela quase sempre ainda é só um futuro muito incerto.

ENTREVISTA COM RUTH CARDOSO

POR DANIEL CANTINELLI SEVILLANO

A entrevistada é professora aposentada do Departamento de Antropologia e de Ciência Política na Universidade de São Paulo

Daniel Cantinelli Sevillano: Gostaria que a senhora me falasse um pouco sobre sua formação acadêmica.

Ruth Cardoso: Eu acho importante, falando dos nossos tempos antigos, fazer uma referência ao fato de que fiz quase todo o meu curso anterior à Faculdade em escola pública. Eu sou do interior do Estado de São Paulo, de Araraquara, e estudei em Grupo Escolar e no Ginásio do

Estado, formação esta que foi da maior importância, à qual devo muito. Depois eu vim para São Paulo fazer o colegial num colégio interno, e nunca me passou pela cabeça outra coisa senão estudar na USP.

Prestei o vestibular, e fiz o curso regular de Ciências Sociais. Naquele tempo, o curso era extremamente interessante, porque nós tínhamos uma maioria de professores estrangeiros dando aulas. Nós tínhamos mais aulas em Francês do que em Português, e ninguém perguntava se os alunos sabiam ou não; tinha-se a noção de que se você quer conhecer e produzir conhecimento você tem

que estar aberto, estar ligado no mundo. Hoje nós vivemos uma situação curiosa, porque nós temos mais recursos tecnológicos, mas menos valorização dessas conexões; parece que as pessoas têm menos possibilidades de ler e conhecer o que se está produzindo em outras partes do mundo. No meu tempo, era muito difícil comprar um livro estrangeiro, livros franceses nem tanto, porque existia a Livraria Francesa, que fazia parte da vida cultural de São Paulo e que era muito boa, tinha um pessoal muito bom que cuidava dela, da seleção de livros; mas era difícil comprar um livro norte-americano, por exemplo.

Os nossos professores estimulavam essa procura pela produção internacional. Eu fui aluna do Florestan Fernandes no meu primeiro ano, e ele estimulou demais isso, trazendo para nós leituras bastante recentes. Nós saíamos um pouco perdidos da aula, e quando iam conversar com os alunos mais antigos, eles diziam que nunca tinham lido aqueles autores, o que mostra como era importante para o Florestan esse conhecimento da bibliografia recente. Havia essa abertura do conhecimento, mesmo com todas as dificuldades do período; hoje, nós temos várias facilidades de conhecimento, mas eu sinto que essas facilidades são pouco utilizadas pelos professores. Acho que não se estimula a leitura de novos autores e bibliografias, ficando sempre nos mesmos textos e autores.

Sempre houve na USP o interesse por temas que eram importantes para o Brasil e para a América Latina. As teses e as pesquisas realizadas na USP sempre tiveram esse interesse por aquilo que era brasileiro. Isso é fundamental, e tem que ser assim, mas tem que ser feito é com um olhar amplo; não acredito numa vida intelectual que só cultiva o que é feito aqui.

DCS: O curso se dividia em três áreas como acontece hoje?

RC: Sim, nós tínhamos aulas das três áreas: Antropologia, Ciência Política e Sociologia. Tenho impressão de que naquele tempo era dada maior importância à área de Economia; a Faculdade tinha professores próprios de Economia que nos davam aulas. A Economia estava mais integrada ao curso de Ciências Sociais, e eu acho isso muito importante, e é algo que nós perdemos. Não estou dizendo que o curso de Economia era o melhor curso do mundo, mas ele também não era ruim. Eu acho que a ida dos professores da disciplina de Economia da Faculdade de Filosofia para o Departamento de Economia da Faculdade de Economia e Administração com a redefinição das Faculdades e dos Departamentos através da Reforma de 1969 foi necessária, pois a idéia de ter vários departa-

mentos reproduzindo a estrutura que existe em outro lugar não era necessária, mas depois dessa situação ter se concretizado, não se criaram mecanismos de interação entre esses cursos. Acho que as disciplinas entre departamentos precisam ser pensadas de uma outra maneira; elas não podem ser pensadas sem levar em consideração as peculiaridades do curso a que se destinam.

O nosso aprendizado era bem intenso, nós tínhamos várias disciplinas de cada área, e naquele tempo você já podia mais ou menos delimitar o seu campo de pesquisa, e acho que isso ainda existe hoje. É um processo semelhante ao que existe nos Estados Unidos, em que ao se formar o aluno tem um *major* em Antropologia, por exemplo. Eu acho esse sistema bom, e sou uma grande defensora do curso de Ciências Sociais se constituir dessa maneira. Em outros países, por exemplo, há uma divisão entre as disciplinas: no Chile, eu dei aulas na Escola de Sociologia.

Depois de formada, eu fui convidada a trabalhar com o professor Egon Schaden, catedrático de Antropologia na época, e fui nomeada em 1960. Naquela época existia uma situação muito particular, que seria difícil de ser entendida hoje: demorava-se anos para conseguir a nomeação, e nesse tempo nós trabalhávamos como assistentes voluntários, ou seja, sem receber absolutamente nada. Eu dava aulas numa faculdade em Sorocaba e dava algumas aulas na Faculdade de Filosofia. Fiquei nessa situação de assistente voluntária durante dois anos, entre 1958 e 1960. Nessa época eu tive a oportunidade de conviver com uma pessoa excepcional, a professora Gioconda Mussolini, muito importante para a nossa formação. Era uma pessoa com um conhecimento incrível, totalmente aberta para todas as novidades que apareciam. Infelizmente, nunca conseguiu fazer uma carreira universitária porque ela tinha lá os seus problemas, e por causa deles ela nunca fez um doutorado, o que limitou demais a sua carreira acadêmica.

Eu sempre trabalhei na Faculdade; em 1964 tive que sair do Brasil e fiquei um tempo afastada, o que atrasou o meu doutorado, porque eu tinha começado a escrever a tese naquele período, e quando retornei ao Brasil eu voltei para a Faculdade para dar aulas, que é o que eu sempre gostei. Eu me considero mais uma professora do que outra coisa.

DCS: Você se aposentou em que ano?

RC: Eu não tenho certeza, mas já tinha mais de 30 anos de docência. Eu acho que a Faculdade começou a ficar muito complicada; eu sempre procurei colaborar com os departamentos e com a administração da Faculdade, mas de certa forma eu estava cansada de dar aulas. E eu

queria muito fazer pesquisas; a verdade é que as atividades do departamento acabam limitando e não valorizando as pesquisas próprias de cada docente. Nós perdemos a valorização da participação dos docentes em outras instituições e em outros grupos de pesquisa. A atividade acadêmica não é apenas dar aulas, o professor tem que estar em contato com outros tipos de pesquisa.

Eu continuei a fazer minhas pesquisas e continuei dando aulas na pós-graduação, o que eu gosto muito. Eu continuei com meus alunos de pós até que todos terminaram o doutorado. Mesmo em Brasília eu continuei orientando meus alunos, com quem eu me reunia quando vinha para São Paulo.

DCS: Você se aposentou como professora do Departamento de Antropologia?

RC: Não, eu me aposentei como professora do Departamento de Ciência Política porque o titular de Ciência Política, que era o Francisco Weffort, quis ampliar o seu departamento para lhe dar uma visão mais interdisciplinar, menos fechada no sentido de que Ciência Política é uma coisa específica e tal. Assim, fomos eu e a Eunice Durham da Antropologia para a Ciência Política; o professor Juarez Brandão Lopes, aposentando da FAU, foi para lá; o Weffort contratou também o Lucio Kowarick, que era sociólogo. O Departamento de Ciência Política se ampliou com uma visão mais interdisciplinar, e eu acho que isso foi salutar. Eu sempre me interessei muito por temas 'fronteiriços', e explorar essa possibilidade de olhares metodológicos diferentes para o mesmo tema foi muito interessante.

DCS: Mesmo aposentada você não se afastou da Faculdade, o que é o oposto do que muitos docentes aposentados fazem.

RC: É verdade, eu sempre me mantive muito aberta a convites de todo o tipo para ministrar palestras e participar de seminários. Para mim é um privilégio poder estar liberada de algumas obrigações, depois de mais de 30 anos dando aulas. Eu acho que, para os professores, é muito importante manter esse contato, mesmo depois de aposentados, porque o aluno é o que nos leva a trabalhar. Eu gosto muito dessa relação com os alunos, e dei cursos na pós-graduação até ir para Brasília, o que me impossibilitava de estar sempre presente em São Paulo.

DCS: Você participou do Movimento Estudantil quando aluna?

RC: Não. O ME no meu tempo de aluna era muito dividido, e claramente dividido entre os ligados ao Partido Comunista e os ligados aos católicos. Na Faculdade, o

movimento ligado ao PC era o que tinha mais adeptos. Eu nunca fui filiada a nenhuma dessas correntes; nosso grupo estava lá na Faculdade para aprender, para estudar, mas não distante dos problemas políticos. Não participávamos do ME dentro da Faculdade, mas todos nós participávamos do momento político nacional. Havia muitas campanhas, e todos os estudantes participavam; não participávamos da disputa para o Grêmio, dessa coisa mais interna que dividia os estudantes em diversas facções. Nós éramos estudantes ainda quando teve início a campanha da escola pública, que mobilizou estudantes e professores. Havia ligação com os partidos, foi uma coisa que se voltou para fora da Faculdade. Nós também participamos da campanha do petróleo, por exemplo. O ME ligado ao Partido Comunista teve um envolvimento muito grande nessa campanha, mas seria falso eu dizer que nós participamos através disso; estávamos juntos, mas nunca participei da coisa mais interna da Faculdade de Filosofia. Não que nós estivéssemos distantes da coisa política; éramos distantes do dia-a-dia da política estudantil.

DCS: O ME na Faculdade estava mais voltado para os problemas da Faculdade?

RC: Não, ele estava voltado para os problemas externos, mas havia a necessidade do ME de controlar os instrumentos de representação, e com toda a razão. O ME era um ator político, e o que eu estou dizendo é que eu não fui parte da construção desse ator político, mesmo tendo participado das mesmas lutas políticas que eles.

DCS: O que foi a Greve dos Excedentes?

RC: Esse foi um movimento muito interessante porque, se hoje consideramos esta idéia de que a Universidade é elitista, naquele tempo era muito mais. Quando eu entrei na Faculdade, havia apenas seis alunos no curso de Ciências Sociais. Era uma escola com muitos professores estrangeiros, de alto nível acadêmico, e tinha seis alunos. Em todo o país era assim; não era defeito do nosso curso. Os exames eram difíceis, e havia poucas pessoas que terminavam o curso médio.

Essa coisa dos excedentes foi o momento em que a sociedade se democratizou no sentido de aumentar o acesso ao ensino superior, e por isso o número de inscritos no vestibular aumentou muito. Os alunos tinham a nota mínima para serem aprovados, mas não entravam na Faculdade porque não havia vagas para todos. Eu faço esta crítica até hoje às universidades públicas: o número de vagas é muito pequeno, e não é necessário confundir o número de vagas com a qualidade de ensino. Eu, por

exemplo, já dei aulas para 300 alunos na Universidade de Berkeley, e ninguém alega que por isso a qualidade não é boa. Para que a qualidade seja boa, é preciso que o professor tenha assistentes, que os alunos tenham mais assistência, que haja uma biblioteca que funcione. É isso que a gente tem que discutir antes de ampliar as vagas nas universidades públicas.

Essas vagas foram então aumentadas, naquela época, graças ao Movimento dos Excedentes, que acamparam na frente da Faculdade e da Reitoria reivindicando vagas para mais alunos. Claro que cada curso tem que ter uma relação específica do número de alunos; não é nada de regra geral ou decretos-lei para a universidade como um todo.

O Movimento dos Excedentes foi muito importante porque marcou uma época de abertura e de participação da sociedade, e os professores da Faculdade tiveram uma participação ativa nesse processo.

DCS: Mas esse aumento do número de vagas foi acompanhado por um aumento do número de professores?

RC: Não imediatamente, mas foi também. Antes tudo era restrito; o número de professores de cada departamento era muito pequeno, e isso foi também um processo pelo qual se aumentou o número de docentes.

DCS: Você fez parte da comissão responsável pelo livro que a Faculdade de Filosofia decidiu publicar sobre os acontecimentos de 1968 na Maria Antonia. O que aconteceu naqueles dias de outubro?

RC: Foi um tempo bastante tumultuado e bastante complicado, porque havia uma grande participação da sociedade, e houve de fato uma guerra. Foi o começo de um período bastante difícil para a Faculdade; a expulsão da Maria Antonia nos levou para os precários barracões da Cidade Universitária. Mesmo assim, nós continuamos a dar aulas, e as coisas foram daquele jeito por vários anos. Nós estávamos bastante mobilizados nesse tempo, tanto os alunos como os professores. Eu participava das passeatas e das mobilizações, e estava presente naqueles dias, quando tivemos que dar assistência a uma série de alunos feridos.

DCS: Você acha que o Movimento Estudantil perdeu o rumo em 68?

RC: Não sei se ele perdeu o rumo no sentido de que as pessoas tomaram caminhos diferentes, mas eu acho que o ME perdeu o espaço que ele tinha antes de 68. Ele era um ator político da maior importância no cenário nacional; o presidente da República conversava com o presidente da UNE antes de 1968. Com a ditadura e o AI-5, o ME perdeu esse espaço, e ele teve que procurar outras formas de exercer seu papel. Acho que depois da redemocratização o ME não reencontrou o seu espaço, porque também não é mais aquele país das décadas de 50 e 60. Criou-se uma imagem de que o ME deveria ser sempre como aquele dessas décadas, e sempre que ele não age assim, há a crítica contra ele. É preciso ver que o país mudou muito nesses anos, e que o papel desse Movimento deve ser outro.

DCS: Como você vê a importância da Maria Antonia para a cidade de São Paulo nas décadas de 50 e 60?

RC: Bom, a Faculdade de Filosofia foi muito importante, mas creio que se criou um mito muito grande em cima da Maria Antonia após 68. Antes, ela era apenas um prédio, em que estavam alguns cursos da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Naquele tempo, nosso curso era muito mais aberto do que ele é hoje, e nós tínhamos aulas em vários lugares antes de mudarmos para a Maria Antonia. Quando fomos para lá, foi uma maravilha, porque era um lugar de concentração, era onde os professores tinham sala e nós podíamos encontrá-los. Ali criou-se um sentimento de vida universitária e de conhecimento aberto.

Não acho que a Maria Antonia tenha tido nessa época uma grande influência no meio intelectual paulista, porque o meio artístico e literário sempre olhou com certa distância os professores universitários, que eram tidos como pernósticos. Claro que em momentos importantes, havia a participação dos membros da Faculdade, mas não da instituição em si. Creio que ela teve importância como centro de encontro de grupos sociais e políticos, e isso ajudou muito a criar o sentimento de mobilização na sociedade daquele tempo.

MESTRADOS

AÇUCENA ORTEGA RABADAN

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Título: "Objetos indiretos sem clítico no espanhol"

Orientadora: Profa. Dra. Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla

Banca: Profas. Dras. Neide Therezinha Maia Gonzalez (FFLCH); Cláudia Cecília Blazkowski de Jacobi (PUC-SP)

Resumo

Através dos *corpora* de produção oral formados por diálogos entre entrevistador e informante do espanhol falado em Montevideu, Madri e Alcalá de Henares, procurou-se mostrar, com dados quantitativos, que são poucas as ocorrências de objeto indireto representado por [a + SN] sem a presença do clítico dativo. A partir desse tipo de ocorrência, um estudo sobre os tipos de verbos - verbos de 2 e 3 lugares argumentais - e sobre os traços semânticos do sintagma preposicional, [± Definido], [± Específico], [± Genérico], foi iniciado para tentar determinar os fatores que levam um falante de espanhol a usar [a + SN] sem

clítico para a expressão do dativo. Essa análise tentou definir que caminhos levavam o falante nativo a decidir-se por uma ou outra forma de representar o objeto indireto no sintagma, ou seja, de representar o objeto indireto por [a + SN] (*Mariana entregó el regalo a su amiga Claudia*), ou pelo clítico mais a preposição *a* e o substantivo (*Mariana le entregó el regalo a su amiga Claudia*). Os resultados sugerem que, mais do que uma variação livre, traços no sintagma parecem determinar o uso de uma ou outra forma.

Palavras-chave: língua espanhola, gramática, sintaxe, pronomes, dativos

ANDRÉ LUIS YAMAGUTI

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua e Literatura Italiana

Título: "O italiano médio no chats MSN"

Orientadora: Profa. Dra. Mariarosaria Fabris

Banca: Profs. Drs. Paola Giustina Baccin (FFLCH); Marcello Giovanni Tassara (ECA)

Resumo

Este trabalho aponta traços do "italiano médio" nos diálogos escritos do chat MSN. Segundo a definição de Sabatini (in Holtz e Radtke, 1985), o italiano médio é a variante de língua não marcada em senso diatópico,

diastrático, diafásico e diamésico. Essa variante é pan-italiana e é empregada quotidianamente pela comunidade falante, que não a concebe como "desvio à norma culta". No ambiente virtual da Internet, os chats refletem — e reforçam — tendências já existentes do italiano médio. Atentar para o amplo domínio nacional do italiano médio é refletir acerca do caráter evolutivo e renovador da língua, a qual descarta elementos não mais pertinentes e incorpora outros necessários para codificar novas experiências, refletindo o recorte cultural atual dos falantes dessa língua.

ELIANA RIBAS PANTOJA

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Título: "Qual é a preposição em espanhol? Uma análise sobre o uso das preposições *a*, *para* e *en*"

Orientadora: Profa. Dra. Mirta Maria Groppi Asplanato de Varalla

Banca: Profas. Dras. Neide Therezinha Maia Gonzalez (FFLCH); Cláudia Cecília Blazkowski de Jacobi (PUC-SP)

RESUMO

A partir da observação de vários problemas apresenta-

dos por nossos alunos de Língua Espanhola, relacionados ao uso das preposições *a*, *para* e *en*, neste trabalho pesquisamos os conteúdos a elas atribuídos, mediante o cotejo entre as Línguas Portuguesa e Espanhola. Nosso percurso inicia-se com a revisão bibliográfica da descrição dessas preposições nas duas línguas para então apresentar uma análise baseada em relações semântico-cognitivas.

PALAVRAS-CHAVE: preposição, espanhol, *a*, *para*, *en*

MAURÍCIO HERMINI DE CARMAGO

Departamento: Letras Orientais

Programa: Língua e Literatura Italiana

Título: "La Ciociara: romance, cinema e a relação com o espaço"

Orientadora: Profa. Dra. Doris Natia Cavallari

Banca: Profas. Dras. Flora de Paoli Faria (UFRJ); Roberta Barni (FFLCH)

Resumo

A dissertação de mestrado aqui apresentada envolve o estudo do romance *La Ciociara*, de Alberto Moravia e sua adaptação fílmica homônima, realizada por Vittorio De Sica e seu colaborador Cesare Zavattini, através de uma abordagem semiótica. A escolha do romance *La Ciociara* deve-se a suas características estruturais, uma vez que esta é uma narrativa que se difere das demais narrativas do autor pela questão do percurso espacial realizado pelos dois personagens principais. O presente trabalho insere-se, portanto, no âmbito da reflexão crítica da literatura italiana do século XX, ao observar a atitude dos

intelectuais diante das massas populares. Acompanharemos o percurso intelectual do escritor, seguindo o itinerário proposto por sua obra literária, mostrando, assim, o pensamento da crítica sobre a mesma. A relação do cinema com a literatura suscita um número variado de críticas e estudos, todavia, a questão fundamental para esta pesquisa é o fascínio exercido pela obra literária do escritor Alberto Moravia no imaginário cinematográfico. Os elementos que contribuem para o 'olhar' do diretor de cinema e para o do roteirista do filme formam um elo entre as características que se aproximam e se distanciam do original literário, e possibilitam a identificação dos elementos de diluição da obra literária no corpo de uma adaptação fílmica. Na esfera do espaço, o filme de Vittorio De Sica será analisado sob os códigos de focalização. A visão das estruturas narrativas no universo fílmico levarão em consideração a utilização de determinados pontos de vista que comandam a representação. A conclusão desta análise visa salientar a distanciação entre os personagens do texto e do filme como ligação entre as narrativas em questão.

ZAQUEU MACHADO BORGES JÚNIOR

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Título: "Yerma: espelho sem imagem"

Orientadora: Profa. Dra. Maria de La Concepcion Piñero Valverde

Banca: Profs. Drs. Mário Miguel Gonzalez (FFLCH); Vera Mascarenhas de Campos (FINTEC)

RESUMO

Escolheu-se o título "*Yerma*: espelho sem imagem" para esta dissertação a partir dos objetivos específicos, que se explicarão mais adiante.

O objetivo do presente trabalho monográfico é analisar *Yerma*, de Federico García Lorca, a partir dos diversos traços estilísticos da tragédia grega presentes nessa peça lorquiana. De certa forma, espera-se que o resultado deste trabalho de investigação aponte mais um caminho para os estudos sobre a presença do trágico e da tragédia no mundo moderno. No entanto, faz-se mister esclarecer que não é objetivo específico deste estudo traçar paradigmas

para a tragédia moderna, porque se acredita, em se tratando de arte moderna, que as variações e "reescrituras" das diversas tendências artísticas no decorrer da história do mundo, em todas as áreas das manifestações artísticas são, em suma, o grande valor da modernidade. O contrário não poderia acontecer com o teatro.

Assim, ao longo deste estudo, verificam-se os traços estilísticos do teatro clássico grego em *Yerma*, bem como a diferença entre a tragédia grega e a moderna, para que se possa, em certa medida, entender o lugar dessa tragédia lorquiana dentro do "trágico moderno". Considera-se importante, ainda, a contribuição deste estudo tanto no campo da Literatura Espanhola, especificamente a Moderna, quanto no da Teoria Literária, uma vez que se discutem, nele, o processo de composição e a estrutura da tragédia moderna.

À guisa de esclarecimento, não se pretendeu, nesta dissertação, adotar uma diretriz de pesquisa baseada num pensamento específico, pois pareceu inadequada, nesta área, qualquer investigação unilateral, já que não se configura como objetivo específico deste trabalho montar

nenhum “arcabouço” da tragédia moderna; o que se quis, no entanto, foi apresentar uma proposta de estudo acerca do teatro trágico de Federico García Lorca, primeiramente, e depois, como objetivo menor ou decorrente, para todo o teatro trágico moderno.

Nesse sentido, a melhor trajetória de investigação, quanto à fundamentação teórica, foi apoderar-se dos diversos e vários pensamentos de muitos autores, tanto na área da crítica literária quanto na da investigação científica, sobre o “trágico” e sua manifestação na modernidade, particularmente, no texto teatral. Todavia, de uma vasta gama desses autores, alguns, seja pela importância que dispensaram aos seus estudos a respeito do trágico e, conseqüentemente, da tragédia, ou pelos esforços direcionados, especificamente, aos estudos sobre a poesia e a dramaturgia de García Lorca, destacam-se naturalmente: Arnold Hauser, Hegel, Úrzula Aszyk, Gerd Borheim, Francisco Umbral, Nietzsche, entre outros. Para que se entendesse melhor as questões referentes à problemática da identidade, muito valiosa a obra *A construção social da realidade*, de Peter Berger e Thomas

Luckmann, na área da Antropologia.

O desenvolvimento do trabalho, quanto à metodologia, dá-se, essencialmente, em duas etapas: na primeira, desenvolve-se um breve estudo acerca das tragédias grega e moderna, levantando-se pontos importantes de contraste entre as duas, bem como algumas considerações específicas a respeito da manifestação do trágico e, por decorrência, da tragédia no mundo moderno; na etapa seguinte, todos os estudos e análises sobre *Yerma* e sua “tragicidade”. Essa segunda etapa, por sua vez, está subdividida em tópicos, quanto à necessidade de se esclarecer, paulatinamente, os elementos encontrados em *Yerma*, que suscitam o trágico, e sua presença na composição dessa tragédia lorquiana, sempre buscando analogias com as idéias atinentes à tragédia moderna expostas na primeira etapa. Todas as análises desenvolvidas no trabalho estão pautadas e ilustradas por excertos do texto de *Yerma*, uma vez que, embora se tenha trabalhado com o “teatro”, o que importou foi a dimensão textual, ou seja, a peça como texto literário, e não como *cena viva* num palco.

DOUTORADO

ROSELI BARROS CUNHA

Departamento: Letras Modernas

Programa: Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana

Título: “Transculturación narrativa: seu percurso na obra crítica de Angel Rama”

Orientador: Prof. Dr. Mário Miguel Gonzalez

Banca: Profs. Drs. Valentim Aparecido Facioli (FFLCH); Livia Mara de Freitas Reis Teixeira (UFF); Gladys Viviana Gelado (UFSCarlos); Heloisa Costa Milton (UNESP)

Resumo

O presente trabalho trata de **Transculturación narrativa en América Latina** de Ángel Rama (1926-1983). Nessa obra, publicada em 1982, o crítico uruguaio reformula o conceito de *transculturación*, elaborado por Fernando Ortiz, e apresenta a *transculturación narrativa*. Retomamos neste estudo os pressupostos teóricos e metodológicos utilizados por Ángel Rama para

empreender sua criação; dentre esses, abordaremos Gonzalo Aguirre Beltrán, Vittorio Lanternari e os brasileiros Antonio Candido, Darcy Ribeiro e Gilberto Freyre. Entretanto, selecionamos vários outros escritos onde Rama muitas vezes não se refere ao conceito, mas onde é possível verificar seu percurso intelectual para tratar da transculturación narrativa e de sua colaboração no projeto de modernização da cultura latino-americana. Com esse intuito, analisamos textos de vários momentos de sua produção: artigos de **Marcha**, ensaios e artigos escritos no exílio, bem como entrevistas. Além disso, comentamos, brevemente, as projeções de seu conceito posteriormente à publicação de sua obra dedicada ao estudo de José María Arguedas e **Los ríos profundos** (1959).

Palavras-chave: América Latina, transculturación narrativa, Ángel Rama, cultura, crítica.

PRODUÇÃO DA FACULDADE



ISBN 85-98292-57-5
Associação Editorial
Humanitas
www.fflch.usp.br/humanitas

A CRISÁLIA DA FILOSOFIA

Monica Udler Cromberg

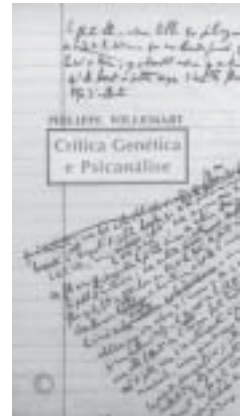
Em meio à ideologia dominante que assimila tradição a atraso e moderno a progresso, em meio a crises institucionais que buscam novas formas de responder à contração do tempo na contemporaneidade e que nos impõe tarefas inúteis e sem sentido, em meio ao abandono acadêmico do cuidado com a escrita pela pressa na pesquisa e em seus resultados, o livro de Monica inscreve-se no que Barthes designou 'o prazer do texto'. Ele se desenvolve como uma narração, narração que é experiência nascida da tradição. Há, pois, nela, um 'saber prático', ensinamentos existenciais que, por meio de Buber, Monica torna manifesto, dando a conhecer as relações deste com o conhecimento filosófico e o hassidismo e seus contos exemplares, ampliando a tradição que, de Aristóteles aos grandes moralistas dos séculos XVI e XVII, chega a Leopardi, Cioran, Adorno e Günther Anders. Máximas, provérbios e contos tecem um *ethos* filosófico renovado, que toma suas distâncias com a idéia segundo a qual 'depois de Auschwitz' não é mais possível escrever poemas. Na palavra poética de Paul Celan, reencontramos a de Buber, pois não constituem reflexões escritas apenas para serem lidas ou ouvidas, mas para serem 'seguidas' e cuja leitura modifica nossa relação com a vida e com o pensamento.

CRÍTICA GENÉTICA E PSICANÁLISE

Philippe Willemart

A obra de Philippe Willemart tem a força de um convite lastreado por anos de estudo e paixão: praticar a crítica genética e aventurar-se em campos do conhecimento que o estudioso de Letras em geral não percorre. Em outras palavras, atravessar aquelas fronteiras entre as Artes, a Literatura, as Ciências Humanas e as Ciências Exatas e Biológicas, onde, segundo a palavra de um cientista da linguagem, Roman Jakobson, podem surgir conceitos verdadeiramente originais e promissores.

ISBN 85-273-0726-X
Editora Perspectiva S. A.
www.editoraperspectiva.com.br



ISBN 85-7216-420-0
Eduel – Editora da Universidade
Estadual de Londrina
www.uel.br/editora
Edusp – Editora da Universidade
de São Paulo
www.usp.br/edusp

A FONTE SUBTERRÂNEA – José de Alencar e a Retórica Oitocentista

Eduardo Vieira Martins

Em *A Fonte Subterrânea*, a discreta voz analítica do autor, sempre pertinente, recupera as retóricas em circulação no Brasil durante o século XIX e historiciza o pensamento expresso por José de Alencar em polêmicas e em textos críticos. Ao delinear o solo cultural em que o escritor se formou, o livro ilumina os pressupostos subjacentes à sua reflexão sobre a literatura objetivo primordial do trabalho, e fornece subsídios para uma releitura da sua produção ficcional. Destaque-se ainda que a retomada da matriz retórica, ao matizar a noção de ruptura, contribui para uma reavaliação da história do romantismo.



ISSN 1413-2079

Revista Italianística é uma publicação anual, editada pela Área de Língua e Literatura Italiana (DLM/FFLCH/USP)

REVISTA ITALIANÍSTICA

Anualmente, o Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo publica um fascículo dedicado a temas de língua, cultura e literatura. A *Revista de Italianística* é o quarto número, e pretende mostrar as relações culturais e literárias entre Brasil e Itália. Dividida em seções, a primeira delas *Literatura*, mostra textos sobre a poesia e a prosa italiana antiga e contemporânea. Como exemplo, temos estudos sobre Dante e sobre Petrarca. Há, também, dois textos inéditos: a apresentação da poesia de Amélia Rosselli ao leitor brasileiro, e o ensaio de Alfonso Berardinelli sobre o fim da pós-modernidade e o anúncio de uma nova época: a "Idade da Mutação". Na seção *Polifonias*, dedicada a estudos de tradução e recepção da poesia e prosa italiana e brasileira, tanto na Itália quanto no Brasil há a tradução, inédita para o português, do argumento de uma comédia de Galileu Galilei. Já em *Cinema, Literatura e Teatro* há, entre outros ensaios, um sobre o diretor Luchino Visconti e sobre a intensa relação de seus filmes com obras literárias. A última seção, *Resenhas*, reúne textos sobre lançamentos recentes. Nessa edição, há uma resenha sobre *Antologia della poesia portoghese e brasiliana*, um importante documento da recepção, na Itália, da poesia brasileira.

JUSTIÇA E PROCESSOS DEMOCRÁTICOS TRANSNACIONAIS

Organizadores: Ana Paula Tostes

Álvaro de Vita

Esta coletânea reúne reflexões, de pontos de vistas variados, a respeito da relação entre a emergência de uma sociedade civil global e as relações internacionais. O tratamento de temas, como justiça, democracia e cosmopolitismo, atualmente não se destaca mais de forma tão acentuada da dimensão internacional. O fato de novos movimentos sociais e ativismos políticos não serem mais compreendidos sem a referência ao atravessamento de fronteiras, culturas e valores extranacionais não significa, entretanto, que a garantia de um processo democrático poderia se apontar sem a participação dos Estados e das instituições políticas nacionais. Sobre a complexidade desses novos temas da política internacional há uma nova literatura que apresenta alternativas para a reflexão e para a solução de problemas, e alguns desses debates estão representados nos artigos deste livro.



ISBN 85-98292-58-3

Associação Editorial Humanitas
www.fflch.usp.br/humanitas

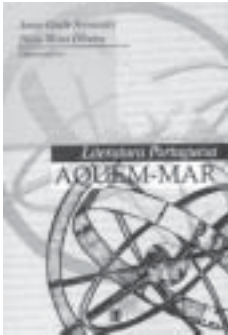


TERRA AMADA

Liliana Laganá

Liliana Laganá nos leva aqui a uma longa viagem, que tem início no porto de Nápoles, instantes antes dela embarcar num navio de emigrantes rumo ao Brasil, para culminar na *Terra Amada*, cinqüenta anos depois. Seguindo suas lembranças que, como um fio de Ariadne, a guiam através de um caudaloso rio a percorrer tempos e lugares, a autora recolhe as memórias de quantos como ela sofreram – direta ou indiretamente – a "dor de partir". Histórias de vidas que, lapidadas pela sensibilidade de sua linguagem, projetam um emocionado painel sobre a emigração italiana durante os trágicos acontecimentos que marcaram a história da primeira metade do século 20 naquele país: as duas Guerras Mundiais e os anos fascistas.

Editora Casa Amarela
www.carosamigos.com.br



ISBN 85-7582-213-6
Editora Komedi
www.komedi.com.br

LITERATURA PORTUGUESA – Aquém-Mar

Organizadores: Annie Gisele Fernandes e Paulo Motta Oliveira

O presente volume, que conta com trabalhos de professores universitários de São Paulo e de outros quatro estados, apresenta um conjunto de artigos que documentam pesquisas atuais acerca da Literatura e Cultura Portuguesas. Área basilar dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Letras, a Literatura Portuguesa tem uma longa tradição de estudos no país, abrangendo os três principais campos de atuação das universidades: a pesquisa, o ensino e a extensão. Este livro, herdeiro dessa longa história, pretende ser útil a pesquisadores, alunos e demais interessados, e vem a público como mais uma manifestação do constante renovar das reflexões críticas dos docentes da área.

A MORAL E A FILOSOFIA POLÍTICA DE HELVÉTIUS

Uma Discussão com J.-J Rousseau

Natalia Maruyama

É comum, na história das idéias, associar as várias filosofias na França do XVIII a uma luta contra as idéias e costumes do passado, contra a filosofia dos grandes sistemas. O que alguns intérpretes explicam, às vezes anacronicamente, encontrando aqui uma tentativa de ruptura com a tradição ou uma antecipação dos ideais da Revolução do final do século, outros, como Gueroult, vêem nesse procedimento apenas uma perda da profundidade, da verdade e da essência da filosofia. Mas esse aspecto prático, ao mesmo tempo moral, social e político, do pensamento do XVIII não implica o abandono da especulação filosófica. Os princípios abstratos e teóricos continuam presentes, embora por vezes disfarçados, nas entrelinhas de suas críticas à tradição, isto é, na estrutura mesma dos textos. Há um jogo de aparição e ocultamento, presente na relação conflituosa entre as filosofias do XVIII e seu passado filosófico. O engajamento e o aspecto prático do pensamento dessa época supõem uma metafísica e uma verdade filosófica e podemos constatar também que os textos filosóficos eram eles mesmos constituídos a partir dessa relação prática entre o *philosophe* e seu *milieu* social e político.

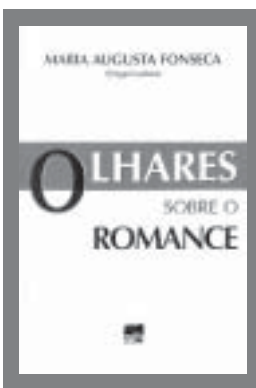


ISBN 85-98292-43-5
Associação Editorial Humanitas
www.flch.usp.br/humanitas

OLHARES SOBRE O ROMANCE

Organizadora: Maria Augusta Fonseca

Esta coletânea reúne ensaios de estudiosos da literatura com o propósito de examinar a narrativa romanesca de diferentes países, por muitas perspectivas críticas. Assim, *Olhares sobre o romance* acolhe um variado repertório de obras literárias e de tendências estéticas, num recorte que vai de fins do século XVIII às portas do século XXI. São quinze os críticos que respondem pelas leituras: Andrea Lombardi, Berta Waldman, Boris Schnaiderman, Joaquim Alves de Aguiar, Luiz D. A. Roncari, Mamede Mustafa Jarouche, Marcus Mazzari, Salete de Almeida Cara, Sandra G. T. Vasconcelos, Vagner Camilo, Valéria de Marco. Todos eles atuam (ou atuaram) em diferentes áreas do curso de Letras da USP. Esse diálogo se completa com Yara Frateschi Vieira, UNICAMP; Ana Luiza Andrade, UFSC; Raul Antelo, UFSC; e Adriana Rodríguez Pérsico, da Universidade de Buenos Aires (UBA).



Nankin Editorial
ISBN 85-86372-82-X
www.nankin.com.br



ISBN 85-7480-276-X
Ateliê Editorial
www.atelie.com.br

PERCURSOS PELA ÁFRICA E POR MACAU

Benilde Justo Caniato

O livro reúne onze textos que foram escritos pela professora Benilde, desde a época em que ela fez seu mestrado na USP, nos anos de 1980, até os dias atuais. Entre eles, há artigos publicados em atas, revistas e jornais do Brasil e de Portugal.

Nesse trabalho, Benilde faz uma "viagem" pelas costas da África e por Macau; e descobre a diversidade da linguagem nos países africanos que possuem como língua oficial a Língua Portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e as Ilhas de São Tomé e Príncipe, a fim de descobrir a variedade desse idioma e as expressões culturais a ele relacionadas.

Além de analisar questões de morfologia, sintaxe e vocabulário, a professora também analisa a literatura, sem deixar de lado as tensões lingüísticas, o bilingüismo, as línguas nativas, os dialetos e suas implicações políticas.

Partindo das raízes históricas (a expansão marítima e cultural de Portugal a partir da primeira metade do século XV, a qual determinou a expansão de sua língua pelos quatro cantos do mundo), o livro também mostra o comunitarismo cultural que aproxima os países de Língua Portuguesa (comparando, por exemplo, a literatura nordestina brasileira e a literatura de Cabo Verde: ambas mostram o drama dos retirantes em busca de melhores condições de vida). Pode ser considerado, enfim, como uma base para futuros pesquisadores, já que são poucos, no Brasil, os estudiosos dedicados à cultura de países africanos, a partir do questionamento da língua portuguesa.

TERRITÓRIO E REGULAÇÃO: *espaço geográfico, fonte material e não-formal do direito*

Ricardo Mendes Antas Jr.

Os olhares do jurista e os do sociólogo para a norma jurídica interessam ao geógrafo, pois revelam aspectos dessa forma social no que concerne às relações de poder que produzem materialmente a nossa existência.

Para a Geografia, a problemática se delinea nesta direção: com a mundialização econômica e a potencialização dos agentes hegemônicos privados (as grandes corporações), que apresentam capacidade de ação supranacional e enorme capacidade de ordenação econômica, como se constitui a atual relação de forças entre o Estado e esses agentes, na regulação dos territórios nacionais?



ISBN 85-98292-55-9
Associação Editorial Humanitas
www.flch.usp.br/humanitas

INFORME

Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP

N. 21 – setembro/2005

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
SERVIÇO DE DIVULGAÇÃO E IMPRENSA
PRÉDIO DA ADMINISTRAÇÃO – RUA DO LAGO, 717
CIDADE UNIVERSITÁRIA – CEP 05508-900
TELFAX: 3091-4612 – FONE: 3091-4938



O Comitê Editorial do Informe encontra-se à disposição para o recebimento de material. Artigos devem, preferencialmente, conter 50 linhas de 70 toques e outras matérias (notícias, eventos etc) no máximo 10 linhas. Tel/Fax (0XX11) 3091-4612 e e-mail: informe@usp.br